

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO -
UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS - CCT
LABORATÓRIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - LEPROD

CLAUDIO DE CARVALHO MAROUVO

A PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ, O CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: SEUS REFLEXOS NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE-RJ.

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2013

CLAUDIO DE CARVALHO MAROUVO

A PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ, O CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: SEUS REFLEXOS NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE-RJ.

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Universidade Estadual do
Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em
cumprimento à exigência parcial para
obtenção do título de MESTRE EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

ORIENTADOR: ALCIMAR DAS CHAGAS RIBEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

MARÇO 2013

CLAUDIO DE CARVALHO MAROUVO

A PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ, O CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: SEUS REFLEXOS NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE-RJ.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
da Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro, em cumprimento à exigência
parcial para obtenção do título de MESTRE EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada em:

Comissão Examinadora:

D. Sc. Alcimar das Chagas Ribeiro - Presidente da Banca (Orientador)
UENF – CCT – LEPROD

D. Sc. Geraldo Galdino de Paula Junior - UENF - CCT - LEPROD

D. Sc. Sebastião Décio Coimbra de Souza - UCAM

D. Sc. Rodrigo Tavares Nogueira - UENF - CCT - LEPROD

CAMPOS DOS GOYTACAZES 2013

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de Mestrado é uma experiência enriquecedora e de total superação. Nos transformamos a cada tentativa de buscar respostas às nossas agonias de ‘pesquisador’. Para aqueles que participam conosco desse momento, parece uma tarefa infindável e enigmática que só se torna realizável graças a muitas pessoas que participam, direta ou indiretamente, mesmo sem saber realmente para que nos envolvemos em pesquisa. E para essas pessoas que gostaria de agradecer:

Preliminarmente, quero agradecer a Deus pelo dom da vida.

A minha esposa Rosanne e meus filhos Carolina e Marcelo pelos momentos de apoio familiar incondicional. A vocês, minha eterna gratidão. A minha irmã Fátima e sobrinhos Patrícia e Leonardo pelo incentivo e pela presença sempre constante em minha vida. Com vocês exercito a fraternidade. Aos meus amigos Milton e Rodrigo pela ajuda e pelas palavras de incentivo. Ao Professor Doutor: Alcimar das Chagas Ribeiro por ter me mostrado o “caminho” que deveria seguir para obter o meu objetivo de mestre. Aos Professores Doutores pela participação em minha Banca de Qualificação. A todos os demais professores do LEPROD que desempenharam com dedicação as aulas ministradas e pela competência e disposição em compartilhar experiências. E, por fim, a todos aqueles que por um lapso não mencionei, mas que colaboraram para esta pesquisa: abraços fraternos a todos!

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição atual da Baixada Fluminense.....	10
Tabela 2 – Mapa da Baixada Fluminense.....	11
Tabela 3 – Sinais Possíveis do Efeito Alocação.....	38
Tabela 4 – Interpretação do Efeito Alocação Modificado.....	41
Tabela 5 - Modalidade dos Créditos Concedidos.....	50
Tabela 6 – PIB Setorial.....	52
Tabela 7. – Créditos Concedidos.....	54
Tabela 8 - PIB.....	54
Tabela 9. Créditos Concedidos(2001/2005).....	55
Tabela 10.Créditos Concedidos(2005/2009).....	55
Tabela 11 Efeito Alocação Baixada Fluminense(setores).....	57
Tabela 12 Efeito Alocação Capital(setores).....	57
Tabela 13 Efeito Alocação Baixada Fluminense(Créditos).....	57
Tabela 14 Efeito Alocação Capital(Créditos).....	57
Tabela 15 Preferência pela Liquidez do Público.....	61
Tabela 16 Preferência pela Liquidez dos Bancos.....	62
Tabela 17– Correlação PIB e Crédito Concedido.....	62

Sumário

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 Problema de Pesquisa.....	10
1.2 Unidade de Pesquisa.....	11
1.3 Objetivo.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Estudos sobre a Preferência pela Liquidez e o Postulado Pós-Keynesiano.....	20
2.2 Preferência pela Liquidez e as Economias Monetárias de Produção.....	21
2.3 A Teoria da Preferência pela Liquidez e a Teoria Monetária Endógena.....	28
2.4 A Teoria da Preferência pela Liquidez a Moeda e o Crédito (Horizontalistas x Estruturalistas).....	31
2.5 A Teoria da Preferência pela Liquidez o Crédito e o Desenvolvimento Regional.....	34
3. METODOLOGIA: Análise Shift-Share - Breve Descrição	37
4. ALGUMAS VERIFICAÇÕES EMPIRICAS	44
5. APLICAÇÃO DA METODOLOGIA SHIFT-SHARE	51
6. ANÁLISE DOS DADOS	53
7. SÍNTESE	66
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69

RESUMO

A presente pesquisa investiga se a moeda exerce um papel endógeno na dinâmica econômica da região da Baixada Fluminense-RJ, segundo os preceitos pós-keynesiano de desenvolvimento regional, ou se a sua importância é derivada de ações exógenas. Metodologicamente, utiliza-se o conceito de preferência pela liquidez bancária para verificar o padrão de confiança da economia local e o método shift-share para gerar informação setorial na região. A síntese dos resultados mostra altos índices de preferência pela liquidez, indicando a não disposição do sistema bancário em fomentar o desenvolvimento regional. A fuga de recursos em direção as regiões centrais parece se confirmar na presente análise.

Palavras chave: Shift-Share; Desenvolvimento Regional; Baixada Fluminense; Moeda Endógena e Preferência pela Liquidez.

ABSTRACT

This study investigates if the currency exerts an endogenous role in the economic dynamics of the Baixada Fluminense – RJ, according to the precepts of post-Keynesian regional development, or if its importance is derived from exogenous actions. Methodologically, we use the concept of liquidity preference bank to check the reliable standard of the local economy and the shift-share method to generate information sector in the region.

A summary of results shows high levels of liquidity preference, indicating the unwillingness of the banking system in fostering regional development. The escape of resources toward the central regions seems to be confirmed in the present analysis.

Keywords: Shift-Share; Regional Development; Baixada Fluminense, and Endogenous Currency Liquidity Preference for.

1. Introdução

O desenvolvimento do Brasil está fortemente ligado ao setor exportador de matérias primas. Porém, existe pleno consenso de que nenhum país consegue ultrapassar a linha do subdesenvolvimento, somente com a produção e exportação de commodities básicas, cujos produtos são intensivos em mão de obra. Dessa forma, torna-se essencial a necessidade do país corrigir essa distorção, direcionando maiores volumes de investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

O avanço da tecnologia gera novas formas de inter-relacionamento entre as empresas e o meio externo como também, novos meios de concorrência e organização dos recursos necessários à produção.

O foco fundamental das empresas esteve, até pouco tempo, restrito à busca da eficiência nos procedimentos e processos das atividades de rotina. Atualmente, o desenvolvimento passa pelo amadurecimento entre os elos de uma cadeia produtiva e investimentos em inovações. Em relação ao processo de gestão da informação e desenvolvimento de novos produtos com valor tecnológico agregado, é de fundamental importância a análise do fator financiamento no processo de desenvolvimento das empresas.

Muitos trabalhos já foram feitos, porém ainda não existe um material teórico completo que consolide tanto o papel, quanto a análise do sistema financeiro no desenvolvimento regional.

Grande parte da literatura econômica se caracteriza pelo estudo do comportamento das variáveis reais da economia (produção, emprego, salários, etc.), como determinantes do desenvolvimento regional, sendo que as variáveis monetárias e financeiras são recorrentemente negligenciadas, porém em vários estudos, se tem uma discussão antiga: se a moeda importa ou não, como fator importante do desenvolvimento.

Os trabalhos com caráter de análise da economia regional, sempre se pautaram por modelos que encaram a moeda como neutra (pelo menos em nível regional) ou, no melhor dos casos, como se tivesse uma perfeita mobilidade entre regiões, ou seja, se existissem projetos rentáveis esses recursos seriam alocados nesses lugares. Assim os fluxos monetários intra-regionais seriam vistos como simples reflexos dos diferentes níveis de desenvolvimento das regiões e de suas instituições. A moeda e os fluxos financeiros têm sido considerados muito mais como um resultado das diferenças regionais, do que como um fator que possa ter influenciado essa diferença, isto é consequência e não uma das causas.

A consideração da não neutralidade da moeda é fundamental, já que as variáveis monetárias podem contribuir para a ampliação ou redução da diferença de desenvolvimento entre as regiões de um determinado país.

Segundo a teoria pós-keynesiana, a moeda é endógena ao sistema econômico, e é inserida na economia através do crédito disponibilizado pelos bancos, sendo, portanto, de crucial importância para o desenvolvimento. Apesar da importância da demanda por crédito, os bancos desempenham o papel principal na determinação dos níveis de investimento e renda, quando considerados como não neutros e sim como importantes agentes econômicos.

Diante desse quadro, a presente pesquisa tem como foco a investigação sobre o papel da moeda endógena, no contexto do desenvolvimento regional, mais especificamente, como se posiciona o sistema econômico da região metropolitana do Rio de Janeiro, à luz da mesma temática. Apesar do desenvolvimento conceitual não ser novo, a idéia de construção da pesquisa é relevante, já que muitas respostas ainda estão em aberto, principalmente sob o aspecto financeiro (crédito = moeda endógena).

1.1 Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa relativo a este trabalho consiste na verificação do papel da moeda, através do conceito keynesiano de preferência pela liquidez, no processo de

desenvolvimento regional da região metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa busca ainda responder a seguinte pergunta: *“a moeda exerce um papel essencial no processo de desenvolvimento regional na unidade de pesquisa observada ou é apenas um véu com pouca representatividade”?*

1.2 Unidade de pesquisa: aspectos relevantes

A ocupação da área identificada como Baixada Fluminense, tem origem em meados do século XVI, quando foram distribuídas as primeiras terras na Baía de Guanabara, as quais continuariam praticamente despovoadas até o início do século XX.

Em 1830, três localidades foram elevadas à condição de vila: Vila Iguaçú, Vila da Estrela (Magé) e Vila de Itaguaí. A elevação destas localidades à condição de vila transcorreu em função de entreposto comercial que estas assumiram, e não de suas condições endógenas de desenvolvimento econômico e adensamento demográfico. (site-IBGE-Cidades, 2012)

A recuperação da economia local no início do século XX esteve baseada na citricultura, especialmente no cultivo e beneficiamento da laranja, produto cuja produção destinava-se à exportação, tendo a Europa como principal mercado consumidor. A área de cultivo ocupava o território que hoje envolve os seguintes municípios: Belford Roxo, Queimados, Nova Iguaçú, Japeri, São João de Meriti, Mesquita e Nilópolis. Com o início da II Guerra Mundial interrompeu-se a exportação da laranja, causando o apodrecimento dos frutos e, logo em seguida, surge uma praga denominada “mosca do mediterrâneo”. A junção destes dois fatos levou à ruína a citricultura da região no início da década de 1940.

Com o término da citricultura, muitas chácaras de cultivo de laranja passaram a ser loteadas e vendidas. A década de 1940 já se caracterizava pelo início da implantação do modelo urbano-industrial na sociedade brasileira. Observou-se um intenso fluxo de pessoas em direção às cidades e, por conseqüência, o crescimento das suas periferias, onde iria instalar-se a população de menor renda. Com este processo mais geral de transformação da sociedade brasileira, criou-se uma

demanda por terras para moradia nas regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Assim, os loteamentos criados na Baixada Fluminense passaram a ser uma opção de moradia para migrantes e indivíduos de menor renda. Embora com a ausência de uma infraestrutura mínima, a região tinha dois atrativos, ou seja, o baixo preço das terras e a ligação ferroviária com a cidade do Rio de Janeiro através da Estrada de Ferro Central do Brasil. A ligação ferroviária entre a Baixada e a capital foi um elemento crucial para o crescimento demográfico da região.

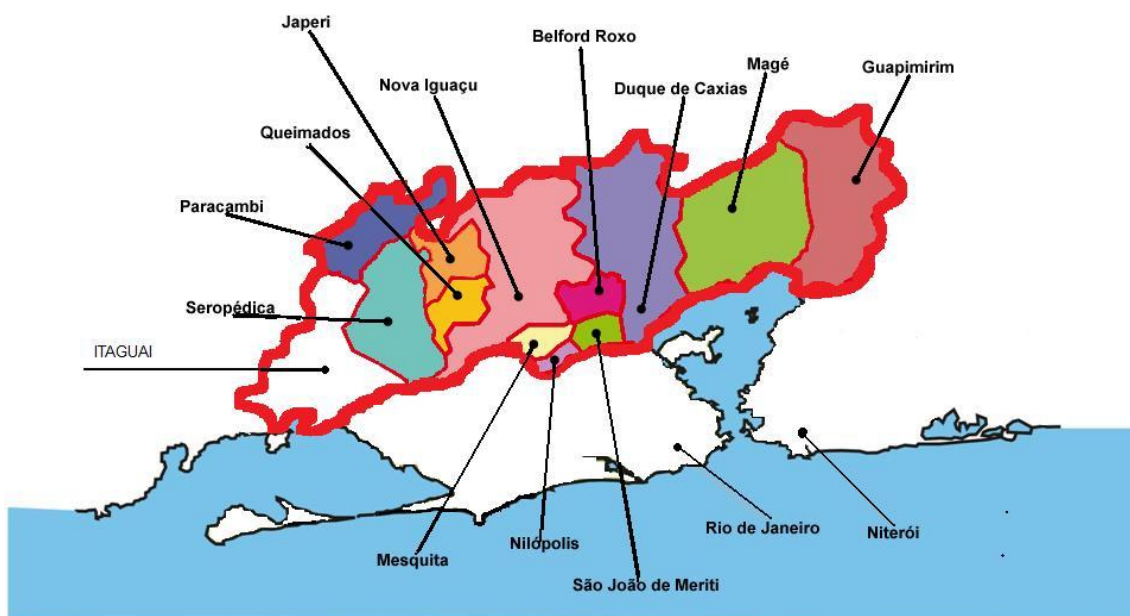
Até o final da década de 1930, a região era composta pelos municípios de Nova Iguaçu, Itaguaí e Magé. Os municípios atuais, na sua maioria, originaram-se por desmembramento do município de Nova Iguaçu. Na década de 1940, este município deu origem a três outros: Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti. Estes três municípios localizam-se em áreas mais próximas à cidade do Rio de Janeiro e por isso tem uma maior densidade demográfica e relações mais estreitas de sua população com a cidade do Rio de Janeiro. Nos anos 90, Nova Iguaçu seria novamente afetada por uma intensa fragmentação de seu território, a partir da qual foram criados outros quatro municípios. Apresenta-se a seguir, a composição da atual região denominada baixada fluminense.

Tabela 1: Composição atual da Baixada Fluminense

<i>Municípios da Baixada Fluminense – Origem e Ano de Instalação Município</i>	<i>Origem</i>	<i>Ano de instalação</i>	<i>PIB/ Per capita (2009) R\$</i>	<i>População (mil)</i>
Nova Iguaçu	Vila de Iguaçu	-	11.046	796
Itaguaí	Vila de Itaguaí	-	28.479	109
Magé	Vila da Estrela	-	7.544	227
Duque de Caxias	Nova Iguaçu	1 944	29.501	855
Nilópolis	Nova Iguaçu	1 947	9.433	157
São João de Meriti	Nova Iguaçu	1 947	8.514	459
Paracambi	Itaguaí	1 960	8.837	47
Queimados	Nova Iguaçu	1 990	8.785	138
Belford Roxo	Nova Iguaçu	1 993	8.279	469
Guapimirim	Magé	1 993	8.257	51
Japeri	Nova Iguaçu	1 993	5.792	95
Seropédica	Itaguaí	1 997	8.573	78
Mesquita	Nova Iguaçu	2 001	7.928	168

Fonte – Site IBGE-Cidades-12/12

Tabela 2: Mapa da Baixada Fluminense



Fonte: *Elaboração própria*

Em termos econômicos, Duque de Caxias é o município da Baixada Fluminense que mais se destaca positivamente, com um PIB per capita no ano de 2009 de R\$ 29.501. Em valores absolutos, o município apresenta o segundo maior PIB do estado, sendo suplantado apenas pelo município do Rio de Janeiro. A força econômica de Duque de Caxias explica-se, especialmente, por sua inserção na cadeia produtiva do petróleo, principalmente pela presença de uma das mais importantes refinarias do país em seu território, a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), inaugurada em 1961.

O município de Itaguaí possui aproximadamente 100 mil habitantes e tem experimentado um crescimento econômico com a ascensão do Porto de Itaguaí e de iniciativas na adjacência. Desde a inauguração do então Porto de Sepetiba em 2005, a localização de Itaguaí passou a ter uma característica estratégica, principalmente para aquelas atividades voltada diretamente para a exportação. Itaguaí reúne aspectos favoráveis para a produção industrial de alimentos para a fabricação de

produtos eletrônicos, cimento e produtos químicos. A instalação do porto também vem abrindo novas possibilidades na área de serviços portuários.

Em Nova Iguaçu a principal fonte de arrecadação do município é o comércio e os serviços, possuindo um dos centros comerciais mais importantes do estado, contando com as principais lojas e serviços do país, tais como: C&A, Lojas Americanas, Ponto Frio, etc., dentre centenas de outras lojas e serviços. Nova Iguaçu conta com grande infraestrutura comercial além do centro, nos bairros de Miguel Couto, Cabuçu, C. Soares, Austin, Posse, Cerâmica e Rancho Novo. Tem um importante complexo automotivo, são mais de 100 lojas especializadas em peças e serviços para veículos oferecendo produtos e serviços para toda a linha nacional e importada. A cidade conta com indústrias no ramo alimentício, siderurgia e de cosméticos.

A cidade de Nilópolis faz limite a Norte com Mesquita, a Sul com Rio de Janeiro, à Leste com São João de Meriti e à Oeste com Rio de Janeiro. Possui dois distritos, Centro e Olinda, que juntos agregam os 15 bairros. A distância até a capital é de 27,5 Km, devido ao seu pequeno tamanho, tem como sua principal atividade econômica o comércio e a prestação de serviços, há cerca de 1.162 empresas instaladas na cidade.

A sua abundância em atrativos naturais faz, do município de Guapimirim, uma promissora área turística. Guapimirim se encontra hoje inserida em uma das regiões turísticas do Estado do Rio de Janeiro, localiza-se num vale cercado pela Serra dos Órgãos, na base do pico Dedo de Deus, importante símbolo turístico do Estado, que se localiza dentro da área territorial do município. Em Guapimirim se encontra uma das áreas mais preservadas da Mata Atlântica do Estado. Guapimirim tem uma característica peculiar: setenta por cento do seu território encontra-se em área de proteção ambiental.

Embora o crescimento econômico de Paracambi tenha-se pautado inicialmente no setor agrícola e mais tarde, no setor industrial, as três últimas décadas foram marcadas pela desativação da indústria siderúrgica e pela redução das atividades agrícola e têxtil, devido à falta de investimentos nas pequenas propriedades e nas

estradas rurais, e à concorrência internacional gerada pela globalização da economia. Hoje o setor industrial está representado pela produção de tecidos de algodão, flanelas e malhas, sacos de embalagem de uísque, em veludo e malha, arames e parafusos; e o setor agrícola está reduzido à produção de banana, que representa 61% do valor da agricultura municipal.

São João de Meriti é considerada uma cidade - dormitório, é cortada pela Via Dutra, que liga a cidade a outros pontos do estado do Rio de Janeiro. Formada basicamente por zonas residenciais, São João de Meriti possui alguns centros comerciais: o de Vilar dos Teles (antigamente chamada de *Capital do Jeans*), o Shopping Grande Rio, Coelho da Rocha, São Mateus, bem como outros de menor expressão. Muitos bairros pobres cercam esses centros. Muitos nem sequer têm saneamento básico, como Jardim Paraíso, no distrito de Vilar dos Teles.

O município de Queimados com área disponível às margens da Via Dutra e detentora de grandes mananciais de água potável de qualidade, tem atraído indústrias do setor de bebidas. Através da implantação de novas políticas públicas pelo governo municipal, outras empresas também estão se estabelecendo no Pólo Industrial da cidade, o que deve gerar emprego e renda para a região.

Seropédica é um município que possui pouca autonomia econômica, sendo sua principal atividade a extração de areia para uso na construção civil, praticada por várias empresas mineradoras da região. Esta extração de areia causa grandes estragos à ecologia da região. A economia depende também da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em torno da qual gira grande parte da economia do município, proveniente das verbas federais e da renda da comunidade universitária. Considerável parte da população economicamente ativa trabalha no município do Rio de Janeiro, fazendo de Seropédica uma cidade-dormitório, financeiramente dependente dos municípios vizinhos.

A economia da cidade de Belford Roxo é baseada em sua maioria apenas no comércio local. O desenvolvimento industrial dos municípios vizinhos, especialmente Duque de Caxias, apresentou novas alternativas de mercado de trabalho para a população local, o que também aconteceu em menor proporção

dentro da própria cidade, com a introdução de algumas indústrias como a Bayer, a Lubrizol, a Termolite e algumas empresas transportadoras. De modo geral, entretanto, pode-se dizer que o caráter de “cidade-dormitório” continua presente e que a maior parte da população trabalhadora continua dependente de relações de trabalho na cidade do Rio de Janeiro.

Mesquita é um município que tem uma população urbana em torno de 168 mil habitantes e apresenta um universo de 58.695 domicílios, sendo que 27,7% deles são de famílias pertencentes à classe econômica que possuem renda familiar mensal em torno de R\$1.400,00. A sua economia é composta basicamente por microempresas que representam 91,2% do total dos estabelecimentos formais existentes no município e que a maior concentração dessas empresas é verificada no setor do Comércio seguido pelo de Serviços (site-IBGE-Cidades, 2012).

No município de Magé há fábricas de bebidas em Inhomirin, onde se concentra a maior parte da população de Magé, cerca de 227 mil habitantes, com destaque para os bairros de Piabetá e Fragoso, onde se encontra um grande número de estabelecimentos comerciais.

A cidade de Japeri dispõe de um crescente número de lojas comerciais e serviços importantes. A atividade industrial tem aparecido no município, nos últimos anos, graças às políticas públicas de incentivo, que levaram em conta a permissão de desgaste social e ambiental, a renúncia fiscal e a participação estatal.

1.3 Objetivo

Objetiva o presente trabalho a investigação da forma como os bancos (privados e públicos) atuam através do comportamento dos seus empréstimos destinados às cidades da baixada fluminense. Nesse contexto, verificam-se os “depósitos à vista” e “depósitos a prazo”, detidos pelo público e se a preferência por ativos de maior liquidez vão influenciar no aumento ou diminuição do desenvolvimento da região.

Tal objetivo tende a verificar, através de testes empíricos, se a demonstração das preferências pela liquidez dos bancos e do público influencia no crescimento

regional, isto é, o montante total de crédito disponibilizado para a região (moeda endógena) é um fator determinante no desenvolvimento desta. Por outro lado, mantida a preferência pela liquidez dos bancos públicos e privados e do público, levaria a um crescimento desigual destas cidades em relação ao centro (Rio de Janeiro)?

2. Referencial Teórico

Este bloco apresenta o referencial bibliográfico, baseado na discussão keynesiana, cujos fundamentos de preferência pela liquidez representam o recorte fundamental para a análise proposta.

Segundo a Teoria Keynesiana, a incerteza que existe na economia leva à preferência pela liquidez. Essa incerteza advém das decisões descentralizadas dos agentes e do futuro desconhecido, e não tão somente de intervenções administrativas no mercado. A moeda, como ativo mais líquido, permite gerir essa incerteza, até certo ponto, na medida em que os contratos monetários aproximam o futuro, mas a incerteza não é jamais eliminada. Nessas circunstâncias, a retenção da moeda, como o ativo mais líquido, dá flexibilidade aos agentes nas suas decisões, o que justifica a racionalidade da preferência pela liquidez. Apesar de racional em ambientes de incerteza, a preferência pela liquidez é um problema, porque ela inibe gastos, em particular de investimento, comprometendo o crescimento da renda e do emprego e, assim, instabilizando as economias. (AMADO, 2007).

Myrdal (1957) vai de encontro à teoria liberal de que o equilíbrio da economia seria garantido pelos mecanismos de mercado (oferta e procura) e que nas relações de comércio entre países ou regiões de níveis de desenvolvimento diferentes existiria uma tendência à igualação dos custos e da produtividade dos fatores produtivos, levando a que ambas as regiões avançassem em termos de desenvolvimento. O autor afirma que as forças de mercado em atuação, tendem a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais.

A sua base teórica de contestação parte da premissa de que existe um processo de causação circular cumulativo, cujos efeitos surgem de uma mudança social ou econômica primária, que está na essência da explicação do porque se verifica e se ampliam as desigualdades entre países e regiões prósperos e pobres. Esses efeitos de causação cumulativa, ou também chamados de desequilíbrios espaciais cumulativos, procederiam de que, qualquer que fosse a área onde surgisse um investimento novo, este tenderia a auto alimentar-se por via das economias internas e externas, geradas à custa dos recursos das regiões consideradas periféricas, ou com repercussões negativas sobre o desempenho socioeconômico dessas regiões.

Isto ocorre, quando um determinado centro desenvolvido inicia um novo processo de industrialização, esse espaço regional se torna capacitado a gerar uma cadeia de efeitos positivos (novas demandas) que se reflete de modo favorável sobre o potencial competitivo dessa região.

Esta região, mais rica, central, exerce um efeito polarizador sobre as regiões mais pobres, periféricas, correspondendo a acréscimos de ganhos que serão gerados pelos fatores trabalho e capital nas regiões centrais. Tal ocorrência, entretanto, não possibilita um movimento superior de capitais desse centro mais desenvolvido para as regiões periféricas, levando, a disparidade entre seus respectivos níveis de desenvolvimento.

Constituindo este processo (as demandas das regiões centrais são mais fortes que as demandas das regiões periféricas), como mais adequado para a análise da questão, e não a interseção das curvas de demanda e oferta a um preço de equilíbrio automaticamente determinado pelo mecanismo do mercado.

Dow (1987) concentra-se nas idéias de Causação Cumulativa de Myrdal (1957), ou seja, na combinação com a teoria da causação cumulativa para defender a visão que um dos setores da região central que aproveitará economias dinâmicas de escala é o setor financeiro. As instituições financeiras tendem a ter escritórios centrais nas regiões centrais, implicando num distanciamento das demandas por investimento em regiões periféricas e dificuldades na concessão de crédito.

Considerando este cenário de concentração espacial de decisão, a autora mostra que o poder sobre o fornecimento de crédito pode gerar problemas de disponibilidade para a região periférica, como também pode ser guiado para tipos particulares de indústrias, não beneficiando empresas das cidades periféricas.

Estas características implicam que a preferência pela liquidez irá ser maior na periferia, sejam bancos, empresários e o público. As razões para tal seriam: o alto risco de perda de capital para os bancos, relacionados ao risco de default (perda) dos empréstimos; a mudança da eficiência marginal do investimento para as empresas, que é afetada pela menor disponibilidade de empréstimos e maior taxa de juros bancários; e a incerteza na obtenção de renda percebida pelo público, ambos ligados à volatilidade da economia.

2.1 Estudos sobre a Preferência pela Liquidez e o Postulado Pós-Keynesiano

A liquidez de um determinado ativo pode ser entendida como a possibilidade de transformação de um determinado ativo em outra mercadoria qualquer, instantaneamente. Assim pode-se dizer que o grau de liquidez de um ativo tem duas partes: a primeira refere-se à velocidade de transformação, e a segunda à capacidade de manter o seu valor quando esta velocidade é ilimitada. Normalmente, observa-se um *equilíbrio* entre essas duas dimensões do processo, o que reduz a liquidez dos ativos. Há, contudo, um terceiro aspecto relativo à liquidez que se refere à “Probabilidade de se perceber o seu valor imediatamente”. (CHICK, 1983, p. 304).

Pode-se dizer que a liquidez mede a flexibilidade que um ativo dá ao seu possuidor. A moeda é, normalmente, considerada o ativo líquido por excelência, e isso é uma consequência de ser imediatamente transformada no meio de pagamento e, conseqüentemente, em qualquer mercadoria, ou seja, o custo de transação envolvido na moeda é zero. Contudo, quando o critério para se avaliar a propriedade relativa quanto à possibilidade de transformação do valor da moeda é considerada, a liquidez da mesma pode ser reduzida. As análises desenvolvidas por Keynes estavam muito associadas às economias fechadas. Isso procedia, em grande parte, da situação histórica em que estava inserido o autor.

Contudo, o que se pretende mostrar é que as conclusões geradas por sua teoria são válidas também em um contexto de rápida abertura dessas economias. Não somente as conclusões são mantidas, mas o que se observa é que os problemas associados à questão da preferência pela liquidez são realçados e ampliados, uma vez que em nível global o desenvolvimento e aprofundamento dos mercados financeiros levam a um aumento irracional do comportamento especulativo dos agentes. (KEYNES, 1936).

Dessa forma, a divisão feita por Keynes entre especuladores e investidores, na *Teoria Geral* (1936), em um contexto de aprofundamento do mercado financeiro, tende a privilegiar os especuladores fazendo que eles tenham o domínio no processo econômico e ampliando dessa forma os problemas associados à instabilidade que os mesmos geram, conforme observado em (PLIHON, 1995) e (CHICK, 1993).

2.2 - A Preferência pela Liquidez e as Economias Monetárias de Produção

As economias monetárias de produção podem ser caracterizadas pela incerteza e terem a moeda como uma de suas categorias fundamentais. Isto ocorre, por estarem sujeitas ao tempo histórico. Pode-se observar em Keynes que as economias monetárias de produção são aquelas em que:

“A moeda desempenha um papel próprio e afeta os motivos e as decisões e, em suma, é um dos fatores preponderantes na situação, já que o curso dos eventos não pode ser previsto, seja no longo prazo ou no curto, sem um conhecimento do comportamento da moeda entre um primeiro momento e o último” (KEYNES, 1937).

A presença de um intervalo de tempo, de curto ou longo prazo, e a incerteza, caracteriza essas economias, e faz com que elas provoquem um determinado comportamento dos agentes econômicos em relação à moeda, e esse comportamento aparece em sua demanda por moeda. São quatro os motivos fundamentais que Keynes afirma influenciarem a demanda por moeda. Na *Teoria Geral* ele define esses motivos como: motivo transação, motivo precaução e motivo especulação, acrescentando em 1937 o motivo finança aos motivos já citados.

O motivo transação tem influência da demanda por moeda. Este motivo é associado aos períodos de pagamentos e recebimentos. A influência da incerteza, não tem um papel definido nesse motivo para influenciar a demanda por moeda, porém DOW (1999) cita a possibilidade de haver certa influência, segundo a autora....

“Dentro de uma economia, a moeda nacional é geralmente o ativo mais líquido e mais estável em termos de valor. Mas no cenário econômico internacional, há uma série de moedas. Cada uma tem um valor estável em relação às outras, então o mais líquido destes é geralmente empregada como um meio de pagamento e unidade de conta, o que normalmente seria função da moeda nacional da economia em causa. Mas, quando o valor da moeda nacional está caindo significativamente em relação a moedas estrangeiras, porque a inflação ou a taxa de câmbio a deprecia, em relação a outras moedas, pode ser que a moeda estrangeira satisfaça melhor a preferência pela liquidez. Isto é mais provável que aconteça quando ocorra uma livre mobilidade do capital, ou seja, o mais líquido é em moeda estrangeira”. (DOW, 1999).

Nesta citação a autora mostra a aproximação das diversas moedas do padrão de liquidez que a moeda nacional detém, contudo, não elimina a importância da mesma, isto ocorrendo, apenas, em casos de economias monetárias excessivamente estagnadas.

O segundo motivo, o motivo precaução, refere-se ao caráter incerto das economias monetárias de produção. Enquanto o motivo transação supõe certa previsão das receitas e das despesas, de forma que os saldos monetários são reduzidos à zero no fim de cada período, o motivo precaução refere-se exatamente ao caráter incerto de determinadas despesas ou a possibilidades de ganhos de mercado absolutamente imprevistas pelo agente. Contudo, apesar de basear-se na incerteza, esse motivo mantém uma relação estável com o nível de renda, e assim, na determinação da demanda por moeda, ele aparece junto com o motivo transação, como sendo uma função estável do nível de renda. Dow (1995) observa que, em economias com diferentes graus de incerteza, a preferência pela liquidez associada a este motivo varia, indicando problemas relativos ao investimento em economias que apresentem um nível maior de preferência pela liquidez.

O terceiro motivo levantado por Keynes (1936), na *Teoria Geral*, enfatiza a importância do papel, enquanto reserva de valor, que a moeda desempenha nas economias monetárias de produção. Esse motivo refere-se basicamente ao caráter de apostas, especulação, das economias monetárias de produção que advém do

tipo de incerteza que caracteriza essas economias. Quando os agentes especulam, estão interessados nos ganhos de capital que a retenção de um ou outro ativo pode lhes gerar. Assim, a mudança de um ativo para outro, em decorrência de possíveis ganhos de capital decorrentes de mudanças nas expectativas dos agentes, só será possível se não houver perda substancial de valor do ativo em questão. O caráter líquido dos ativos que desempenham o papel de reserva de valor é uma consequência do desenvolvimento institucional do sistema.

O motivo acima está associado ao aumento da participação dos agentes que têm uma atuação especulativa e têm suas ações relacionadas a essa perspectiva. Segundo Plihon (1996) os agentes se dividem em dois grupos básicos: Um grupo que forma suas expectativas e atua com base em rendimentos de longo prazo e no comportamento dos fundamentos da economia e, o outro grupo, que está preocupado com os movimentos de curto prazo dos preços dos ativos, que refletem muito mais a “psicologia do mercado” do que fatores reais. Plihon (op.cit) mostra que uma das características do processo de globalização é a expressiva ampliação desse segundo tipo de agente, isto ocorrendo, pelo favorecimento que o novo contexto financeiro internacional dá às possibilidades de especulação. Levando assim para um círculo vicioso em que as características do novo sistema financeiro internacional favorecem o fortalecimento do comportamento especulativo. Dessa maneira, a economia internacional e as economias nacionais são lançadas em um ambiente muito mais instável e ficam em situações muito mais vulneráveis.

Nesse sentido, há uma dificuldade de escolha entre o motivo precaução e o motivo especulação, no que se avalia quanto à evolução do mercado financeiro e à consequente liquidez que os ativos comercializados nesses mercados apresentam.

Nas economias em que os mercados são menos desenvolvidos, os agentes tendem a manter um valor maior de suas poupanças em moeda, como forma de garantir liquidez para pagar despesas imprevistas, ou fazer face de ganhos imprevistos de capital. Porém, como esses mercados são menos ativos, o comportamento especulativo dos agentes é menos desenvolvido e a moeda não é demandada de forma a gerar ganhos futuros de capital. Nos mercados financeiros mais

desenvolvidos, os ativos negociados nesses mercados apresentam elevada liquidez, o que autoriza os agentes a manterem o seu poder de compra de forma quase líquida, sem a necessidade de demandar moeda. Decorre, porém, que como esses mercados são bem desenvolvidos, a volatilidade das expectativas e a possibilidade de ganhos de capital decorrentes de captar futuros movimentos no mercado, faz com que os indivíduos demandem moeda de forma a realizar esses ganhos esperados de capital (KEYNES, 1936).

Quando lidamos com mercados financeiros bem desenvolvidos, os agentes não procuram o ganho da taxa de juros durante a vida útil do ativo. O que eles buscam é antecipar mudanças no mercado que levem a mudanças nos preços dos ativos financeiros, de forma a obter ganhos de capital com esse movimento, vendendo esses ativos quando seus preços estiverem mais elevados e recomprando-os quando seus preços ficarem mais baixos. Deste movimento com relação à taxa de juros, ocorre que, quanto maior for a taxa de juros, mais agentes acreditarão que ela irá cair e mais facilmente abrirão mão da liquidez.

Obviamente, a determinação desses dois pontos de alta e baixa é uma situação muito subjetiva. A determinação de um valor seguro para esses dois pontos é um elemento convencional, e essa é a razão para que os indivíduos apresentem esse comportamento especulador, considerando que suas apostas são mais certas que as do mercado. Se os agentes não confiarem na formação de suas expectativas, eles vão adiar suas decisões de compra de ativos e manterão a moeda em seu poder e vão esperar por uma conjuntura mais favorável em que as expectativas sejam mais favoráveis Keynes (1937).

Assim, com a divisão da sociedade em altistas e baixistas, pode ocorrer a estabilidade no preço dos ativos financeiros, e a taxa de juros é exatamente o elemento que equilibra esses dois grupos.

Keynes (1937) assinala que a preferência pela liquidez varia inversamente com a taxa de juros: taxas de juros baixas podem levar os agentes a acreditarem que ela está muito próxima ao nível convencionalmente e subjetivamente estabelecido como

seguro e, assim, podem transformar parte dos altistas em baixistas, aumentando, dessa maneira, a demanda por moeda pelo motivo especulação. Ao mesmo tempo, taxas de juros baixas reduzem o custo de oportunidade decorrente da perda dos juros por manter moeda e não ativos que rendem juros (KEYNES, 1936).

Segundo o autor, existe também um terceiro efeito a ser considerado: baixas taxas de juros tendem a elevar o nível de renda pela ampliação do investimento, levando a um crescimento da demanda por moeda decorrente dos motivos transação e precaução. Com isso, pode-se assinalar que a preferência pela liquidez está fundamentalmente ligada à incerteza, uma vez que os dois motivos (precaução e especulação) que a determinam, estão inerentemente relacionados ao caráter incerto das economias monetárias.

Concomitantemente, assinala-se que o desenvolvimento do sistema financeiro é um elemento fundamental para que esse motivo ganhe importância na economia. O surgimento de novos ativos financeiros e o desenvolvimento desses ativos tende a exacerbar o caráter especulativo da demanda por moeda. Neste caso específico, pela moeda nacional que por um lado tem o atributo máximo de liquidez, pelos motivos previamente anunciados e/ou é o elemento ao qual está associado o maior número de informações, o que a faz ser o meio de pagamento nacional.

Com isso pode-se perceber que o motivo transação continua profundamente associado às moedas locais. O motivo precaução pode, em parte, ser atendido por moedas estrangeiras, em casos de economias monetárias pouco estáveis. Porém, mesmo nesses casos, guarda relação com as moedas nacionais e tende a ser ampliado com o acirramento da instabilidade econômico-financeira que tem caracterizado o processo de globalização.

Com o crescimento do processo de internacionalização do mercado financeiro e a criação de novos instrumentos derivativos da economia real, aprofunda-se a incerteza e, por conseguinte o motivo especulação tem várias razões para cada vez mais ser ampliado, pois o processo de globalização leva a uma profunda ampliação

e desenvolvimento dos mercados financeiros e à velocidade de movimentação entre esses.

Cria-se, assim, um ambiente propício para um aumento do caráter especulativo da economia e amplia a participação dos agentes que agem por motivações de curto prazo e pelo uso de processos de formação de expectativas associados a convenções econômicas na formação dos preços. Esse fato tende a ampliar a instabilidade do sistema econômico e, ao fazer isso, ampliar a incerteza e conseqüentemente, a própria preferência pela liquidez (AMADO, 2004).

Os estudos sobre desenvolvimento regional de Barden (2007), sob o prisma do postulado pós-Keynesiano da preferência pela liquidez, mostraram que o sistema financeiro, principalmente os bancos, influenciam no grau de desenvolvimento das regiões, pois o comportamento destes agentes segue um conceito importante da teoria, o da preferência pela liquidez. Assim, a quantidade de crédito para investimento no sistema produtivo dependerá da preferência pela liquidez dos bancos e do público.

A autora utilizou o cálculo do índice de preferência pela liquidez do público, que se constituiu da proporção entre depósitos à vista e depósitos totais. O público toma suas decisões de alocação de ativos, considerando o grau de incerteza e o volume de informações disponíveis na região. Quanto maior o valor deste índice, maior será a preferência pela liquidez do público, indicando, dentre as opções ofertadas, aquela com maior liquidez.

O índice de preferência pela liquidez dos bancos representa o seu próprio interesse quanto à alocação de seus recursos. Da mesma forma, o banco quer maximizar lucros e decide por maior ou menor liquidez, conforme o grau de desenvolvimento e segurança oferecida por cada região. Neste caso, as contas utilizadas são depósitos a vista e operações de crédito. Este indicador refletirá a medida com que os bancos gerenciam a sua preferência pela liquidez, tornando seus ativos mais ou menos líquidos, segundo a região em que operam. Neste caso, quanto maior o índice, maior a preferência pela liquidez dos bancos, ou seja, menos empréstimos e mais

dificuldades para a atividade econômica real que precisa de investimentos (BARDEN, 2007).

Desta forma, a preferência pela liquidez dos investimentos por parte dos agentes econômicos se justifica por causa da incerteza quanto ao futuro dos eventos econômicos e do resultado esperado dos investimentos feitos no passado e no presente. Por esse motivo, os indivíduos preferem manter sua riqueza na forma de dinheiro.

Quanto à taxa de juros, Keynes (1936) não considera como um custo de empréstimo ou de financiamento, nem mesmo um custo de oportunidade correspondente ao retorno proporcionado pelos recursos aplicados no mercado financeiro, em relação ao investimento em bens de capital. A taxa de juros, segundo o próprio autor, é “uma medida da relutância daqueles que possuem dinheiro em desfazer-se do seu controle líquido sobre ele”. Ou seja, é o prêmio que um agente econômico recebe ao privar-se de sua liquidez.

Segundo Barden (2007), a taxa de juros representa um limite ao investimento produtivo, apenas por ser um conflito do investidor na sua decisão de investimento, quando aplica seu capital em uma ampla carteira de ativos, entre o investimento (capital produtivo) e a liquidez (capital monetário).

Em resumo, Barden (2007) indica que Keynes percebe o investimento produtivo como um fenômeno monetário, ao invés de autores clássicos que desvinculavam poupança de investimento. O aspecto monetário do investimento para autor envolve também em reconhecer que as próprias definições do investimento produtivo e de preferência pela liquidez encontram-se interligados pela mútua dependência de expectativas, referentes à incerteza frente a acontecimentos futuros.

A particularidade das expectativas de longo-prazo, interligadas ao investimento produtivo, está principalmente na maior duração do período em que os recursos estarão comprometidos com o projeto de investimento. Isto é, de baixa liquidez, o que causa a dificuldade ou impossibilidade de correção dos erros com baixos custos (custos afundados), dos erros de previsão quanto aos cenários futuros da economia

e dos mercados. Torna-se, portanto, fundamental que os agentes econômicos tomem decisões seguras, buscando minimizar a incerteza.

Conceitualmente, Keynes (op. cit.) considera a incerteza uma força endógena inerente ao sistema capitalista, por isso a solução adotada pelos agentes econômicos que possuem ativos é, ao invés de eliminar, contornar as incertezas de suas expectativas pelo recurso da adoção de normas de comportamento. Essas normas de comportamento, segundo o autor, consistem em supor que o presente estado de coisas continuará indefinidamente a menos que haja razões específicas para esperar mudanças.

Com relação às expectativas de longo prazo, estas não estão sujeitas à revisão brusca, e por isso, não podem ser afetadas pelos resultados futuros e nem extintas. Não pode haver, portanto, comportamentos cautelosos, na forma de expectativas adaptativas (e muito menos expectativas racionais), que amenizem as incertezas e estabilizem os investimentos, pois a incerteza é uma característica intrínseca do sistema capitalista. Ou seja, em resumo, a reação natural dos indivíduos às incertezas quanto aos acontecimentos econômicos futuros é se guiar por um comportamento convencional, que determina um caminho para o investimento por intermédio de um não desprezível componente inercial das expectativas.

2.3 A Teoria da Preferência pela Liquidez e a Teoria Monetária Endógena

A teoria monetária desenvolvida na Teoria Geral baseia-se na especificação dos fatores que induzem os investidores a manterem moeda em seu poder. A particularização do conceito de demanda especulativa por moeda afeta o conceito do mecanismo de criação de moeda, que é verificado com a operação de mercado aberto. Com essas operações no mercado aberto, o Banco Central (BACEN) pode variar a quantidade de moeda circulante através da compra ou venda de títulos. Com isso pode variar a quantidade de dinheiro somente criando as condições que levam o público a mudar a composição de seu portfólio de recursos, mais líquido ou menos líquido.

Quando se procura analisar o mercado monetário de uma economia com um mercado financeiro adiantado, nota-se que há uma distorção nessa análise, dada as diferenças entre a demanda por liquidez por parte das empresas que necessitam financiar seus investimentos e a demanda por liquidez por parte dos poupadores.

Uma alternativa que tornaria possível contornar essa distorção seria a possibilidade de poder considerar dois mercados distintos: o mercado monetário e o do crédito. Para se diferenciar um mercado de crédito distinto do mercado monetário é conveniente adotar a distinção de Tobin (1982) entre a conta capital e a conta rendimentos. A conta de capital descreve todos os ativos e as responsabilidades dos setores da economia (famílias, empresas, setor público, intermediários financeiros). E nesta conta de capital se analisam os fatores que determinam a oferta e a procura de diferentes ativos. Logo a conta de capital é, portanto, composta por vários componentes, o mercado monetário (demanda de moeda por parte dos investidores) é um componente da conta de capital. A conta de rendimentos, por outro lado, descreve os fluxos de renda (demanda de moeda por parte dos poupadores), e nesta conta de rendimentos são analisados os fatores que determinam o seu nível e uso (BERTOCCO, 2006).

O mesmo autor, ainda sinaliza que mercado de crédito e a conta de rendimentos são necessariamente ligados porque a demanda por crédito é determinada pelas decisões de investimento das empresas. Dada à especificação do mercado de crédito, permite-se enfatizar que os bancos podem criar dinheiro através de um contrato de dívida por meio do qual eles financiam as decisões de gasto dos agentes que não têm capital próprio para investir.

Assim, a demanda por crédito reflete o comportamento das empresas. As que pretendem realizar projetos de investimento têm necessidade de obter liquidez. Esta demanda por liquidez pode ser considerada como uma demanda por crédito, já que é expressa por agentes que: (a) não têm liquidez, e (b) que, quando obtêm o dinheiro, comprometem-se a pagá-lo de volta em uma data futura. Quando se especifica a demanda por crédito, pode-se distinguir a demanda das empresas por liquidez para financiar as decisões de investimento a partir da demanda por moeda

fiduciária (títulos bancários), que reflete as decisões da carteira dos poupadores (BERTOCCO, 2006).

Quanto à oferta de crédito, a principal conclusão que surge da análise de Keynes (1937) é que a oferta de crédito não depende das decisões de poupança, mas depende sim das decisões tomadas pelos bancos e que são independentes do fluxo de poupança. Existe uma ligação entre o fluxo das variáveis que caracterizam o mercado de crédito e as variáveis do estoque de moeda que compõem o mercado monetário; esta ligação pode ser definida através da distinção entre as duas fases no processo de criação de moeda. Na primeira os bancos criam moeda através do financiamento das empresas. Bancos e empresas são os atores principais desta fase. Os investimentos financiados pelos bancos determinam um aumento da renda. Na segunda fase, os poupadores intervêm; o novo dinheiro criado pelos bancos é adicionado com o dinheiro existente e o fluxo de poupança gerado pelas decisões de investimento aumenta a riqueza do público. A segunda fase é aquela em que as condições estão criadas para os poupadores aceitarem manter o dinheiro criado pelos bancos, na verdade não é certo que o aumento da riqueza correspondente ao fluxo de poupança nova leve os poupadores a aumentar a sua demanda por moeda a um nível tal que o novo dinheiro criado pelos bancos é absorvido. A especificação destas duas fases do processo de produção de moeda é coerente com a distinção entre "finanças" e "financiamento" definido por (KEYNES, 1937).

Como é sabido, Keynes (op. cit.) apresenta esta distinção quando critica a teoria de mainstream de formação de capital e elabora uma teoria alternativa que especifica duas fases. Na primeira fase, as empresas obtêm os recursos necessários para realizar investimentos. Na segunda fase as empresas escolhem a estrutura do passivo que considera satisfatória, substituindo dívidas de curto prazo por dívidas de longo prazo, que são mais consistentes com a estrutura dos seus rendimentos futuros. Nesta fase as escolhas de carteira dos poupadores e das empresas entram em jogo.

Como conclusão, pode-se afirmar que para descrever o processo de criação de moeda do banco é necessário elaborar um modelo teórico para especificação de um

mercado de crédito que é separado do mercado monetário, um modelo que descreva o comportamento do banco central, do sistema bancário das empresas e dos poupadores. (Bertocco, 2006).

2.4 A Teoria da Preferência pela Liquidez, a Moeda e o Crédito (horizontalistas x estruturalistas).

Sobre a presente discussão, Dow (1997) salienta a necessidade de separar o mercado monetário e o de crédito. Segundo a autora a chave é separar os dois lados do balanço dos bancos. A demanda pelo motivo financiamento para o dinheiro é mostrada como uma demanda por crédito no mercado de crédito, enquanto a preferência para manter ativos na forma líquida (Preferência pela liquidez) é mostrada no mercado monetário.

Entretanto, Bertocco (2006) indica que o mercado de crédito descreve a relação banco-empresa; o pressuposto típico da versão horizontalista, segundo a qual os bancos definem a taxa de juros de empréstimos pela aplicação de um Mark-up sobre a taxa de desconto oficial exogenamente fixada pela autoridade monetária. Segundo esta corrente de pensamento, a taxa dos empréstimos é determinada em função da taxa do desconto oficial (SELIC) estabelecida pelo Banco Central. As empresas determinam o nível desejado de despesas com investimento de acordo com suas expectativas de lucros e a taxa de empréstimo a ser paga.

Segundo os horizontalistas, é suposto que uma vez que a taxa de juros sobre os empréstimos foi definida, os bancos atendem totalmente a demanda das empresas por crédito para financiar os investimentos desejados. O nível de renda é determinado como uma função do nível de investimento, dos gastos públicos, e da propensão a poupar. O nível das despesas com investimento depende das decisões das autoridades monetárias e dos bancos que determinam as taxas de juros e a oferta de crédito. A partir da especificação de um mercado monetário separado, permite-se definir em que condições os poupadores estão dispostos a acumular o dinheiro criado pelos bancos.

No que diz respeito ao fluxo de depósitos nos bancos somente parte fica disponível, já que o Banco Central determina uma restrição orçamentária aos bancos (compulsório). Isto leva a que seja possível descrever as duas fases do processo de criação de moeda cuja referência foi feita no item 2.2 acima: na primeira fase os bancos financiam as decisões de investimento das empresas através da criação de dinheiro novo, enquanto na segunda fase as condições é que guiam os poupadores a absorver a quantidade de dinheiro criada pelos bancos. Por isso a oferta de moeda é, portanto, uma variável independente no que diz respeito à demanda por moeda, dado que o estoque de moeda determina o nível da taxa dos títulos privados em função da preferência pela liquidez dos poupadores (BERTOCCO, 2006).

Segundo os estruturalistas, o modelo horizontalista mostra a presença de uma curva de oferta de crédito perfeitamente elástica em correspondência à taxa fixa sobre os empréstimos determinada pelos bancos. Contrariamente, os estruturalistas afirmam ser essa proposição incorreta, já que a presença de uma oferta de crédito atendendo totalmente a demanda se torna incompatível com a teoria de preferência pela liquidez. Neste modelo a propensão à liquidez influencia a taxa sobre os títulos, mas não tem efeito sobre as decisões de investimento das empresas que dependem apenas da taxa dos empréstimos fixada pelos bancos que advém da aplicação de um Mark-up sobre a taxa básica determinada pelo Banco Central.

Na visão de Dow (1997) o banco central fixa o nível da taxa oficial de desconto em função das taxas dos títulos privados, que na época de Keynes seria a taxa sobre as reservas que tinham sido emprestadas a influência mais direta sobre a taxa base. Agora a taxa também refletirá as taxas praticadas nos mercados, que as autoridades também procuram analisar a influência através das operações de curto prazo no mercado de valores mobiliários.

Existe um feedback direto ao mercado de crédito através da taxa das operações de crédito no atacado, uma vez que estes créditos entram na determinação da taxa base e que por sua vez influencia a oferta de crédito Dow (1997). Tal fato permite a autora considerar a teoria da preferência pela liquidez como o elemento essencial da teoria monetária keynesiana. A partir desta interpretação, a teoria da moeda

endógena tem um papel secundário, ou seja, assume-se a exogeneidade da moeda usado por Keynes. Neste caso, a oferta de moeda depende de decisões da autoridade monetária e do sistema bancário e, portanto, é endógena para os bancos e exógena ao setor privado.

Keynes (1937) era muito consciente de que a oferta de moeda não é exógena, no sentido da espiral monetária, mas só muda como parte de um processo maior. Para a oferta de dinheiro ser considerada como exógena ao setor privado, deve haver uma crença na capacidade da autoridade monetária para controlá-lo. O autor viu a oferta de moeda como sendo determinado pelo Banco Central em conjunto com o sistema bancário (DOW, 1997).

A mesma autora segue seu raciocínio afirmando que mesmo que a autoridade monetária defina um valor-alvo para a taxa de juros, eles não seriam capazes de mantê-la sem ter em conta as escolhas da carteira do público: Suponha que Keynes tenha escolhido uma determinada taxa de juros dada ao invés de uma fonte de oferta de moeda, ou seja, considerar a visão horizontalista? Isso teria implicado uma vontade ilimitada por parte dos bancos e das autoridades monetárias para atender a crescente demanda por liquidez?

Claramente, a partir da afirmação de que o público não determina a oferta de moeda, Keynes não teria tido essa visão. O que faria mais sentido em relação à visão de Keynes do sistema bancário é que a taxa de juros determinada conjuntamente não necessariamente permaneceria constante, mas seria aumentada em resposta ao aumento da preferência pela liquidez (DOW, 1997).

A proposição acima pode ser explicada na consideração de uma estrutura financeira, como a apresentada na Teoria Geral, constituída pelo mercado monetário e o mercado de títulos que inclui todos os outros bens que não o dinheiro. A teoria da moeda endógena leva a uma análise diferente da estrutura financeira, caracterizada em particular pela presença do mercado de crédito no qual o dinheiro é criado. A presença deste mercado permite enfatizar um elemento que aumenta a capacidade da autoridade monetária para controlar a taxa de juros. Em uma

economia onde a moeda bancária é usada, cabe ao Banco Central definir diretamente a taxa de juros, na qual eles vão financiar o sistema bancário, o que reforça sua capacidade de influenciar o nível da taxa de juros de mercado cujas condições levam às decisões das empresas em investir (BERTOCCO, 2006).

Para o autor, esta afirmativa é coesa com as decisões tomadas nos últimos anos pelas autoridades monetárias dos países industrializados. Eles abandonaram o controle dos agregados monetários e passaram a ter como meta a taxa de juros de curto prazo. Assim, pode-se concluir pelo fato da autoridade monetária poder definir a taxa de juros de curto prazo em qualquer nível desejado, mesmo com uma taxa próxima à zero, a qual afeta a preferência pela liquidez das famílias como também as taxas de juro de longo prazo.

2.5 A Teoria da Preferência pela Liquidez, o Crédito e o Desenvolvimento Regional.

Os estudos apresentados sobre as diferenças entre as regiões, a partir da atuação do sistema financeiro, confirmam as tendências apresentadas pela teoria. Os bancos atuam de forma diferenciada conforme a condição da região, centro ou periferia, sendo esta forma de atuação determinada fortemente pela preferência pela liquidez do sistema financeiro. Conseqüentemente a disponibilidade de crédito, por parte dos bancos, acaba influenciando no crescimento das regiões brasileiras (BARDEN, 2007).

A partir disso, infere-se que parte da limitação do crescimento das regiões está na dinâmica monetária que se estabelece, os quais acabam perpetuando uma dependência das regiões periféricas em relação às centrais, bem como, perpetuando elementos do sistema financeiro que impedem o crescimento. Se por um lado o público reage conforme a dinâmica regional, os bancos, por outro, reagem conforme as mudanças no cenário econômico de forma a garantirem a lucratividade.

A mesma autora orienta que a atuação dos bancos difere conforme a sua natureza, privados ou públicos. Enquanto os privados preferem atuar nas regiões centrais, os

públicos são os principais na periferia. Constata-se assim, que estes últimos deveriam ter uma maior participação nas regiões periféricas como financiadores da atividade produtiva, ao invés de meros intermediários do processo.

Desta forma, sem desconsiderar que existem outros fatores, como centralização econômica, condicionantes históricos, ação governamental, dentre outros, que influenciam na dinâmica das regiões, constata-se que as variáveis monetárias e as condições financeiras também ajudam a determinar a centralidade do desenvolvimento regional.

Os pós-keynesianos chamam atenção para a necessidade de mercados financeiros densos e amplos, que possam permitir que as poupanças individuais se destinem a aplicações em ativos de duração compatível com os diferentes prazos de financiamento, permitindo a maturação dos investimentos, facilitando, assim, a decisão de implementá-los (STUDART, 1995).

Segundo Amado (2007) o mercado financeiro ou no caso específico o de crédito, não é neutro, porque ele influencia a alocação de recursos entre esses dois tipos de empregos, quais sejam o produtivo e o improdutivo. Por proporcionar maior liquidez, os mercados financeiros podem viabilizar e estimular o crescimento da especulação, com conseqüente encurtamento dos prazos das operações financeiras e a conseqüente inibição do processo de investimento.

Já Crocco et. al. (2006) define que a origem das diferenças de renda regionais é encontrada em fatores estruturais; porém as variáveis monetárias podem ser responsáveis pela manutenção e ampliação destas diferenças quando se adota uma abordagem em que a moeda e os bancos não são neutros, em relação ao desenvolvimento regional. A teoria monetária pós-keynesiana considera a moeda como um elemento ativo, de forma que uma clara distinção entre o lado monetário e o real da economia não pode ser feita (DOW, 1987).

Segundo Crocco et. al. (2006) para os pós-keynesianos a oferta de moeda não é exógena; o volume de crédito concedido é resultado de uma interação entre as

preferências pela liquidez dos agentes dos setores financeiro e real da economia. Em outras palavras, demanda e a oferta de crédito é interdependente, tornando a oferta de moeda parcialmente endógena. Evidências da importância do crédito no desenvolvimento regional foram encontradas a partir do estudo dos efeitos do comércio e dos fluxos financeiros sobre as bases monetárias regionais.

Dow (1982) comparou duas regiões, uma desenvolvida e outra em desenvolvimento e concluiu que expansões monetárias nacionais têm maiores efeitos em uma região desenvolvida, devido a uma menor preferência pela liquidez e menor propensão a importar. Economias desenvolvidas, com igual base monetária, possuiriam multiplicadores monetários mais elevados quanto mais otimistas forem às expectativas sobre os preços locais dos ativos; mais líquidos os mercados locais destes ativos; maior o grau de desenvolvimento financeiro e; mais favorável seu resultado comercial com outras regiões. Este modelo foi o primeiro a introduzir parâmetros comportamentais, como a preferência pela liquidez de bancos (PLB) e de tomadores de empréstimo (PLP), numa análise de transmissão de choques monetários.

Indica Fuentes (1997) que para os pós-keynesianos o crédito atua na economia por dois caminhos: (1) através de uma mudança na carteira de ativos dos bancos, em resposta às operações fiscais e de mercado aberto das autoridades monetárias; e (2) por meio de um processo de geração de renda, proveniente de uma variação autônoma dos investimentos, cuja viabilização depende da criação endógena de moeda pelo sistema bancário.

O crédito faz então a ligação necessária para o *gap* financeiro produtivo. Mais que uma simples ponte entre investimento e produção, toma para si esse papel e faz do crédito, nessa etapa do processo, a inversão da causalidade neoclássica. Isto é, com expectativas em baixa, o volume relativamente reduzido de crédito concedido na periferia tende a se concentrar no consumo. Uma elevada propensão marginal a importar, característica de tais regiões, implica um vazamento de recursos em direção ao centro, constituindo-se num estímulo adicional ao processo de declínio cumulativo entre a renda e o crédito.

Ao invés da variação na renda proporcionar flutuações nos depósitos e crédito nas regiões, mudanças na preferência pela liquidez devido à maior ou menor confiança na economia é que abrem a possibilidade para mudanças endógenas no crédito regional e, conseqüentemente, na renda regional (DOW, 1987).

3. Metodologia: análise *Shift-Share* – breve descrição

O objetivo principal da metodologia *shift-share* tradicional é determinar, por um lado, o grau de influencia da especialização regional no seu crescimento e da variável em estudo, e por outro lado, a importância que os outros fatores regionais tiveram no crescimento diferencial, tanto positiva como negativamente.

A utilização do método estrutural-diferencial está fundamentada, especialmente, nas contribuições de Souza (2009), Souza e Souza (2004) e Haddad (1989).

A relação entre as variáveis foi inicialmente descrita a partir do número de pessoas ocupadas nos setores, apenas para facilitar o entendimento, já que outros indicadores também podem ser utilizados, como por exemplo, o valor da produção, o valor adicionado etc.

Haddad (1989) considera o método estrutural-diferencial uma forma analítica de gerar informações relevantes para a organização de pesquisas adicionais de natureza teórica sobre problemas regionais específicos. O método pode ser utilizado para identificar distintos desempenhos diferenciais regionais.

O método estrutural-diferencial é baseado em uma simples identidade e não constitui um modelo comportamental; não tem como objetivo gerar interpretações teóricas, mas descrever variações estruturais. Seguindo a mesma linha de pensamento, Brown (1969) observa que: “o método estrutural-diferencial é uma identidade formada pela adição e subtração simultâneas de taxas de crescimento, as quais são agrupadas para definir os componentes (...) sendo sempre possível incluir novas variáveis ao modelo e definir outros componentes (...)”.

Outras contribuições ao método estrutural-diferencial são as de Stilwell (1969), Chalmers (1971), Edwards, Harniman e Morgan (1978), Esteban-Marquillas (1972) e Herzog e Olsen (1977).

A metodologia shift-share privilegia o cálculo dos efeitos diferencial e estrutural. A definição dos mesmos é facilitada quando se parte das taxas de crescimento do tipo de crédito para o município e a região. Determina-se a **taxa de crescimento** para o tipo de crédito i , ($i=1, 2, 3, 4,5$; para cada modalidade de crédito e $i=1, 2, 3,4$; para cada setor da economia) de um município j como sendo:

$$c_{ij} = \frac{(c_{ij}^t - c_{ij}^o)}{c_{ij}^o} \quad (1)$$

c_{ij}^o = é o crédito concedido no ano-base; e

c_{ij}^t = crédito concedido no ano fim.

O **percentual de crescimento do tipo de crédito i geral** é calculado dividindo-se a variação do crédito entre o ano terminal (c_i^t) e o ano base (c_i^o) pelo crédito no ano base, ou seja:

$$c_i = \frac{(c_i^t - c_i^o)}{c_i^o} \quad (2)$$

Com base nas taxas por tipo de crédito, municipal (c_{ij}) e regional (c_i), e o crédito total por tipo de crédito na região no ano base (c_{ij}^o), determina-se o **efeito diferencial**:

$$D_{ij} = c_{ij}^o (c_{ij} - c_i) \quad (3)$$

Na equação acima (3), obtém-se um resultado positivo quando o tipo de crédito municipal cresce a uma taxa maior do que a regional ($C_{ij} > C_i$), indicando que existem fatores internos atuando de forma positiva sobre o município. Um provável motivo do desempenho superior é a presença de vantagens locacionais específicas

para a atividade. Para verificar **o dinamismo de um tipo de crédito *i* municipal em relação à região como um todo**, calcula-se o efeito estrutural:

$$P_{ij} = C_{ij}^0 (c_i - c) \quad (4)$$

Quando o resultado da equação (4) é positivo, significa que o crescimento do tipo de crédito regional (c_i) supera a expansão de todos os tipos de crédito somados (agregados) (c), (*t- ano final*), (*0-ano base*), sendo $c = [(C_t - C_0)/C_0]$. Assim sendo, o tipo de crédito é considerado o principal e o desempenho pode estar ligado a novos tipos de projeto, produtos ou processos inovadores. Quando ele estiver bem representado no município j , ele pode tirar proveito da expansão regional e o seu crescimento é atribuído a fatores externos.

A soma do efeito diferencial (D_{ij}) com o efeito estrutural (P_{ij}) resulta no efeito total (T_{ij}). Assim, o resultado será positivo quando os dois efeitos forem positivos ou quando um efeito positivo superar o efeito negativo. O efeito total para o conjunto de tipos de crédito é igual a $\sum_i T_{ij}$, resultado do somatório dos efeitos diferenciais ($\sum_i D_{ij}$) e dos efeitos estruturais ($\sum_i P_{ij}$), ou seja:

$$\sum_i T_{ij} = \sum_i D_{ij} + \sum_i P_{ij} \quad (5)$$

Souza (2009, p. 121), cita que: “A partir dessa análise, pode-se seguir uma política de regionalização de investimentos e de incentivos para as diferentes atividades econômicas, segundo o seu dinamismo, de sorte a maximizar a taxa de crescimento [...]”.

Existem muitas críticas à metodologia de análise tradicional shift-share. Em primeiro lugar, na medida em que não é um método estatístico, não é possível testar a validade estatística dos resultados. Além disso, observa-se que, porque os dados são tomados a partir de um ponto de partida e de um período final, os resultados são influenciados pelos anos que decide utilizar. Em outras palavras, a análise não envolve um componente dinâmico em seu desenvolvimento, o que torna impossível verificar como foi a evolução da variável. Para corrigir esses problemas, segundo

Souza e Souza (2004), Esteban-Marquillas (1972) introduziu uma variável teórica inicial ($C_{ij}0^*$) no lugar do ano base ($C_{ij}0$). O nível de **crédito teórico**, ou esperado, pode ser definido como aquele que ocorreria com o tipo de crédito i do município j quando se adota a proporção regional, resultante do quociente entre o tipo de crédito observado e o total do crédito da região:

$$C_{ij}^{0*} = C_j^0 \left(\frac{C_i^0}{C^0} \right) \quad (6)$$

C_j^0 = é o crédito total do município j no ano-base;

C_i^0 = é o crédito total do tipo de crédito i na região no ano-base; e

C^0 = é o crédito total (agregado) na região no ano-base.

A partir daí, o autor eliminou da posição competitiva a influência estrutural, uma vez que a proporção utilizada no cálculo é a da região, e denominou o resultado de posição competitiva pura:

$$D'_{ij} = C_{ij}^{0*} (C_{ij} - C_i) \quad (7)$$

A influência estrutural do **dinamismo diferencial**, ou efeito alocação (A_{ij}), foi definido por Esteban-Marquillas (1972) como a diferença entre D_{ij} e D'_{ij} :

$$A_{ij} = D_{ij} - D'_{ij} \quad (8)$$

Se utilizarmos as definições de D_{ij} e D'_{ij} acima, bem como reorganizando as equações, chega-se a outra expressão para o efeito alocação:

$$A_{ij} = (C_{ij}^0 - C_{ij}^{0*}) (c_{ij} - c_i) \quad (9)$$

Se o resultado do primeiro membro da equação (9) for positivo ($C_{ij}0 > C_{ij}0^*$), afirma-se que o município j é especializado no tipo de crédito i . Se o segundo membro da expressão é positivo ($c_{ij} > c_i$), afirma-se que o município j tem vantagem competitiva

no tipo de crédito i . Os autores Souza (2009), Herzog e Olsen (1977) apresentaram quatro combinações para o efeito alocação (Tabela 3).

Tabela 3 - Sinais possíveis do efeito alocação

Definição	Efeito Alocação Aij	Especialização (Cijo - Cijo*)	Vantagem Competitiva (cij - ci)
1. Desvantagem Competitiva especializada	(-)	(+)	(-)
2. Desvantagem competitiva não especializada	(+)	(-)	(-)
3. Vantagem competitiva não especializada	(-)	(-)	(+)
4. Vantagem competitiva especializada	(+)	(+)	(+)

Fonte: Herzog, Olsen (1977 apud Souza, 2009)

Segundo a proposição dos autores o quadro acima mostra que uma alocação positiva indica que o município j é especializado no tipo de crédito i (+) e que ele tem vantagem competitiva (+) (4); ou que o município não é especializado no tipo de crédito i (-) e que não tem vantagem competitiva (-). No caso de uma alocação negativa pode ocorrer com especialização no tipo de crédito i (+), mas com crescimento do crédito inferior a região (-) (2), ou com a não especialização no crédito i (-), mas com o crescimento do crédito superior ao da região (+) (3). Assim, o tipo de crédito dinâmico é aquele importante para o município (especializado) e tem taxa de crescimento superior ao da região (tem vantagem competitiva).

Um segundo problema apresentado pelo método estrutural-diferencial original é o fato de não levar em conta às mudanças estruturais ocorridas entre desvios importantes na interpretação dos efeitos quando o tempo transcorrido entre eles é

longo. Segundo Haddad (1989), para minimizar o problema, Stilwell (1969) propôs o cálculo da variação proporcional revertida (R_{ij}), determinada através da diferença do inverso das taxas de crescimento do crédito, multiplicada pelo tipo de crédito i do município j do final do período (C_{ij}^t). Logo:

$$R_{ij} = C_{ij}^t \left(\frac{1}{c} - \frac{1}{c_i} \right) \quad (10)$$

No cálculo da equação (10) é captada a mudança estrutural no período e indica que, quando a variação proporcional revertida supera a variação proporcional calculada, a estrutura do crédito na região se modificou, tornando-se especializada na região.

Segundo Souza (2009), “Stilwell alterou os dois efeitos (diferencial e estrutural) para obter a variação proporcional modificada ($M_{ij} = R_{ij} - P_{ij}$), de sorte que: $VL_{Tij} = P_{ij} + D_{ij} = P_{ij} + R_{ij} - P_{ij} + (D_{ij} - M_{ij}) = P_{ij} + M_{ij} + (D_{ij} - M_{ij})$ ou: $VL_{Tij} = P_{ij} + M_{ij} + D_{ij}$ ”.

Nesta última fórmula, a variação líquida total (VL_{Tij}) é igual ao efeito estrutural (P_{ij}), mais a variação proporcional modificada (M_{ij}) e a variação diferencial modificada (D_{ij}).

Herzog e Olsen (1977) combinaram as modificações de Esteban-Marquillas e de Stilwell para avaliar a variação líquida total (SOUZA, 2009). Mudanças estruturais no município podem alterar os sinais do efeito alocação quando, por exemplo, uma variável analisada com vantagem competitiva se especializa no período. Para eliminar o problema, os autores desenvolveram o cálculo do efeito alocação modificado (A_{ij}^t), que inclui dados do crédito utilizado no ano terminal e o crédito teórico terminal, da mesma forma que o crédito teórico inicial, porém utilizando dados do ano final. Assim, o efeito alocação modificado é:

$$A_{ij}^t = [(C_{ij}^t - C_{ij}^0) - (C_{ij}^{t*} - C_{ij}^{0*})](c_{ij} - c_i) \quad (11)$$

ou

$$A'_{ij} = [(C_{ij}^t - C_{ij}^{t*}) - (C_{ij}^o - C_{ij}^{o*})](c_{ij} - c_i) \quad (12)$$

A equação (11) destaca, especialmente, a variação real do crédito no período ($C_{ijt} - C_{ij0}$) e a variação esperada ($C_{ijt*} - C_{ij0*}$). A equação (12) explicita a especialização no ano terminal ($C_{ijt} - C_{ijt*}$) e no ano base ou inicial ($C_{ij0} - C_{ij0*}$). Quando o resultado for positivo o crédito regional tem vantagem competitiva ($c_{ij} > c_i$) e a especialização no ano terminal é maior do que a do ano base ou, no caso da equação (11), quando a variação real supera a esperada.

Entretanto, deve-se ter atenção na interpretação dos resultados para não confundir os créditos especializados no ano final com créditos que seguem em direção à especialização, pois também são positivos quando existe vantagem competitiva (ver figura 3). A combinação entre vantagem competitiva (+) e efeito alocação (+) pode gerar efeito alocação modificado positivo ou negativo (ver figura 3). Quando o efeito alocação modificado é positivo, indica que o crédito ficou ainda mais especializado no ano final do período.

Porém, um resultado negativo gera duas possibilidades de desempenho do crédito. O primeiro deles ocorre quando o resultado em módulo do efeito alocação modificado supera o efeito alocação original, e significa que o crédito deixou de ser especializado no ano terminal. Um segundo resultado decorre do resultado modular do efeito alocação modificado ser inferior ao efeito alocação original, e representa uma piora do crédito em termos de desempenho, mas o mesmo permanece especializado no ano terminal. Cabe destacar ainda o resultado positivo do efeito alocação modificado para os créditos com vantagem competitiva (+) e efeito alocação negativo, por serem não especializados. Os créditos passam a ser considerados especializados no ano final se o resultado do efeito alocação modificado for maior do que o obtido para o módulo do efeito alocação original. Quando o crédito não tem vantagem competitiva (-), mas o efeito alocação original é positivo, um efeito alocação modificado positivo indica que a situação do crédito piorou. No entanto, se o resultado do A_{ij}' for negativo, o crédito melhorou no ano final, em comparação ao ano inicial. Os demais resultados podem ser deduzidos diretamente da Tabela 4.

Tabela 4: Interpretação do efeito alocação modificado

Vantagem Competitiva ($C_{ij} - C_i$)	Efeito Alocação (A_{ij})	Efeito Alocação Modificado (A_{ij}')	Situação do Crédito/Setor no ano final (t)	Comentário sobre o Crédito/Setor
+	+	+	Melhor	Fica mais especializado no ano t.
+	+	-	Pior	Deixa de ser especializado no ano t se $ A_{ij}' > A_{ij}$ Fica menos especializado no ano t se $ A_{ij}' < A_{ij}$
+	-	+	Melhor	Torna-se especializado no ano t se $A_{ij}' > A_{ij} $
+	-	-	Pior	
-	+	+	Pior	
-	+	-	Melhor	Torna-se especializado no ano t se $ A_{ij}' > A_{ij}$
-	-	+	Pior	Deixa de ser especializado no ano t se $A_{ij}' > A_{ij} $ Fica menos especializado no ano t se $A_{ij}' < A_{ij} $
-	-	-	Melhor	Fica mais especializado no ano t.

Fonte: Filho, Schumacherb, Reichertc.

4. Algumas avaliações empíricas

Considerando que a oferta de crédito é afetada tanto pela preferência pela liquidez quanto pelo estágio de desenvolvimento do setor bancário, um sistema bancário mais desenvolvido determina a habilidade de um banco em ampliar o crédito segundo sua base de depósitos (componente endógeno da oferta de moeda). Economias menos desenvolvidas com bancos em estágios menos desenvolvidos têm menor capacidade de criação de crédito, pois estão mais suscetíveis a baixas taxas de poupança e depósitos. A incerteza tem papel fundamental na determinação da preferência pela liquidez dos agentes; a incerteza é maior quanto mais afastada for a região e mais distante estiver o emprestador do tomador de recursos. Estes fatores, em conjunto, definem posturas regionalmente diferenciadas do setor bancário frente às demandas regionais de crédito.

Autores como Crocco, Cavalcante e Brito (2003) analisaram de que forma o acesso bancário e a preferência pela liquidez do público podem impactar no desenvolvimento econômico regional. A sustentação teórica é a teoria pós-keynesiana, a qual indica que em regiões que ficam na periferia do centro, a preferência pela liquidez será maior, devido à incerteza, e que em regiões com pouca presença de bancos, a informação sobre a localidade é mais remota e menos confiável, influenciando nas decisões dos bancos de conceder crédito. Assim, regiões com alta preferência pela liquidez e baixo acesso bancário registram problemas de crédito, o que dificulta seu desenvolvimento.

Metodologicamente, os autores lançaram mão de duas técnicas estatísticas de análise multivariada: a análise de componentes principais (ACP) e a análise de cluster. Estas técnicas permitiram apresentar as principais características de cada região e formarem-se agrupamentos de regiões de acordo com a similaridade de desempenho nos dados utilizados. A região analisada foi o estado de Minas Gerais que tem uma clara separação geográfica entre mesorregiões em termos de acesso bancário e preferência pela liquidez do público. As regiões mais ao norte (Jequitinhonha, Norte de Minas, Noroeste de Minas, Vale do Mucuri) com fortes ligações com o Distrito Federal e a Bahia apresentaram elevadas preferências pela liquidez do público e baixo acesso bancário. Estes fatores podem ser reflexos das características econômicas e sociais destas regiões, tais como menor integração, baixa produtividade, baixo PIB per capita e população, e podem significar uma menor disponibilidade de crédito para estas regiões por parte do sistema bancário e isto por sua vez dificulta o desenvolvimento econômico.

As regiões mais ao centro-sul tiveram um desempenho econômico melhor, se articulam com economias mais dinâmicas, com Belo Horizonte nas regiões mais centrais, com São Paulo nas regiões mais ao sul e sudoeste e com o Rio de Janeiro, com destaque para a ligação deste centro com a Zona da Mata.

Tal consideração induz a um elevado acesso bancário e baixa preferência pela liquidez do público, de modo que estas regiões apresentaram um nível de geração de crédito médio-elevado em comparação com as demais regiões do Estado. A

região de Belo Horizonte, apresentou elevado número de agências bancárias, cerca de 30% do número do Estado, e a mais baixa preferência pela liquidez. Esse quadro é reflexo de suas características econômicas, com elevado PIB e PIB per capita, população e grau de urbanização, sendo um centro polarizador tanto no Estado como a nível nacional.

Os mesmos autores, em outro estudo no ano de 2005, analisaram o aspecto puramente financeiro do desenvolvimento regional. O trabalho procurou averiguar de que forma influências macroeconômicas distintas podem afetar a variação do crédito entre regiões. Foram analisados dois períodos da economia brasileira, o ano de 1994 (a estabilização monetária e o crescimento baseado no consumo interno); e 2004 (forte crescimento sustentado pelo desempenho exportador). Através da análise da distribuição regional do crédito, procurou indicar que o crescimento apoiado no mercado interno é mais favorável à distribuição do crédito regionalmente se confrontado com o crescimento amparado pelo mercado externo. Com base nesta análise, pode-se comparar qual tipo de crescimento econômico é melhor para diminuir as diferenças regionais. O trabalho concluiu que em 1994 ocorreu um crescimento econômico impulsionado pelo consumo, em um cenário de estabilização da moeda e quedas do nível de incerteza na economia. Regiões então acompanham tal crescimento com variação em todas as formas de crédito ofertadas e realçam aspectos econômicos locais fortes. Os índices de preferência pela liquidez dos bancos acompanham esse movimento, reduzindo-se na maioria das microrregiões.

No ano de 2004 ocorreu um crescimento econômico diverso, onde o crescimento da oferta de crédito se concentrou apenas na sua forma de financiamento ao setor exportador, e as regiões apresentaram crescimento do crédito estrutural, seguindo o padrão ditado pela região sudeste como um todo. Os índices de Preferência pela liquidez dos bancos mais uma vez demonstraram o retrato dessa predominância, apresentando níveis mais altos para a maioria das microrregiões.

Definitivamente, um crescimento como o de 1994 é muito mais benéfico para as regiões analisadas porque faz com que estas beneficiem os aspectos dinâmicos

presentes em suas atividades econômicas, podendo apresentar taxas diferenciadas de crescimento que possam fornecer uma melhor estruturação de sua malha produtiva e uma natural redução das diferenças entre regiões.

Em outra avaliação empírica, Ribeiro (2008) investigou a movimentação financeira na Região Norte Fluminense, com foco no comportamento dos depósitos e créditos, com o objetivo de verificar o grau de preferência pela liquidez do público e dos bancos com base no postulado pós-Keynesiano de que alta preferência pela liquidez são definidores de dificuldades do sistema econômico local, já que o nível de investimento na atividade real se deprime pela insuficiência de crédito. O autor identificou dificuldades do sistema econômico local, já que o nível de investimento na atividade real se comprime pela carência de crédito. A metodologia utilizada foi o cálculo dos índices de preferência pela liquidez do público e dos bancos.

Tomando como base estudos de Cavalcante et. al. (2005), o público toma suas decisões de alocação de ativos, considerando o grau de incerteza e o volume de informações disponíveis na região. A escolha seria entre ficar com ativos de maior liquidez, em caso de maior incerteza, ou de menor liquidez, em caso de maior confiabilidade sobre o ambiente analisado. Quanto maior o valor deste índice, maior será a preferência pela liquidez do público (PLP), indicando, dentre as opções ofertadas, aquela com maior liquidez.

O índice de preferência pela liquidez dos bancos (PLB) representa o seu próprio interesse quanto à alocação de seus recursos. Da mesma forma, esta instituição quer maximizar lucros e decide por maior ou menor liquidez, conforme o grau de desenvolvimento e segurança oferecida por cada região. Neste caso, as contas utilizadas são depósitos a vista e operações de crédito.

Os depósitos a vista, que representam a intenção do público em manter seus ativos mais líquidos e as operações de crédito, que equivalem à decisão do sistema bancário para emprestar dinheiro, este indicador refletirá a medida com que os bancos gerenciam a sua preferência pela liquidez, tornando seus ativos mais ou menos líquidos, segundo a região em que operam. Neste caso, quanto maior o

índice, maior a preferência pela liquidez dos bancos, ou seja, menos empréstimos e mais dificuldades para a atividade econômica real que precisa de investimentos.

Para verificação da existência de correlação entre as variáveis de crédito / valor adicionado fiscal e crédito / depósito total, foi utilizado o cálculo de regressão linear simples. O autor concluiu seu estudo sobre a validade dos conceitos de preferência pela liquidez do público e dos bancos nos municípios da Região Norte Fluminense-RJ, onde o recorte se deu por municípios da Região Norte Fluminense. Exceção para a natureza especial do município de Macaé que opera um sistema econômico diferente dos outros municípios, pois existe no local a atividade petrolífera que produz 85% do petróleo do País, ocorrendo resultados diferenciados.

A tese de fuga de recursos gerado na periferia para centro ficou muito patente no caso de Macaé e Quissamã. Em 2006 o município de Macaé concentrou 47% da riqueza gerada na região e se caracterizou como o município mais importante economicamente segundo o critério do Valor Adicionado Fiscal. Entretanto, apresentou o segundo maior valor de preferência pela liquidez de bancos (0,84) e o segundo maior valor de preferência pela liquidez de público (0,39).

Apesar da riqueza gerada nestes espaços, o acesso ao crédito fica prejudicado interferindo no dinamismo da economia interna. Observou-se incompatibilidade entre a dinâmica do sistema bancário com o declínio da economia real. O município de Campos dos Goytacazes, em termos e representatividade econômica, apresentou um quadro diferente. O conceito de confiança, baixos índices de preferência pela liquidez, está mais visível nos valores de PLP (0,18) e PLB (0,40).

Os atores locais em Campos têm mais confiança na sua estrutura econômica do que os atores de Macaé. Neste caso, os indicadores de Campos dos Goytacazes parecem compatibilizar com a hipótese conceitual. Outra situação que não compatibilizou com a hipótese conceitual, diz respeito aos valores apresentados por São Fidélis. O município é um dos mais frágeis, economicamente, na região, porém, contrariamente, apresentou valores baixos de preferência pela liquidez.

Quanto à existência de correlação entre crédito e valor adicionado fiscal, observou-se que quando os municípios de Macaé e Quissamã estão inseridos a resposta atinge somente 0,7239. Quando Macaé e Quissamã são excluídos da análise a resposta de correlação atinge 0,9928. Na avaliação da correlação crédito depósito total, o indicador apresentou perfeita sintonia, alcançando 0,9989. Conclui-se, portanto, que parte da riqueza gerada por Macaé e Quissamã foge, gerando crédito em espaços mais sofisticados e com mais alternativas de lucratividade. Desta forma, se mantém a tese de concentração da riqueza nos espaços centrais e o aprofundamento da desigualdade, reforçado pelo ciclo vicioso que alimenta o empobrecimento dos espaços periféricos.

Cavalcante (2005) analisou a produção teórica sobre finanças regionais e discutiu o caso brasileiro no período que se estendeu de 1988 a 2003. Na análise do autor, são consideradas duas correntes teóricas que lidam com a heterogeneidade espacial do sistema financeiro e seus impactos sobre o desenvolvimento regional: a visão que procura explorar a relação entre o desenvolvimento regional e o sistema financeiro com base na existência de imperfeições nos mercados de capitais (muitas vezes chamada de visão novo keynesiana) e a visão pós-keynesiana, de acordo com a qual a moeda e o crédito, não sendo neutros em relação aos fenômenos econômicos reais, atuam de forma distinta sobre os espaços subnacionais.

Apesar das divergências metodológicas que se estabelecem entre estas escolas, ambas apontam a necessidade de se estender o conceito de regulação do sistema financeiro a sua dimensão regional. A análise empírica apoiou-se em indicadores regionalizados (i) da relação entre as operações de crédito e o PIB e (ii) da relação entre operações de crédito e depósitos à vista. Confirmou-se a expectativa inicial de um elevado nível de heterogeneidade regional do sistema financeiro no Brasil, mas não se verificou uma associação robusta entre os níveis de renda *per capita* e os níveis de desenvolvimento do sistema financeiro. Além disso, a relação créditos/depósitos observada nas macrorregiões brasileiras **contradiu** a expectativa inicial de que as regiões periféricas seriam exportadoras líquidas de depósitos. Contudo, a maior instabilidade da relação entre operações de crédito e depósitos à vista nas regiões periféricas postulada no âmbito da escola pós-

keynesiana pôde ser confirmada para o caso brasileiro no período entre 1988 e 2003.

Marouvo e Ribeiro (2011) analisaram as principais correntes de pensamento econômico utilizadas na análise do tema desenvolvimento econômico e sua derivação regional, ou seja, a teoria Neoclássica, Pós keynesiana e a Novo keynesiana, quando foram tecidas algumas considerações sobre as mesmas. Complementarmente, foram tecidas algumas considerações sobre o processo de desintermediação bancária como alternativa ao desenvolvimento econômico regional.

Principalmente, a discussão envolvendo o crédito sem que a sua origem seja necessariamente do sistema bancário, podendo alternativamente vir da indústria de fundos, que a partir dos anos 90 iniciou um processo de abertura de capitais e desregulação do mercado financeiro. Tal fato levou as instituições financeiras e não financeiras (especialmente fundos de pensões e fundos mútuos) a ter participações em empresas do setor real da economia. Basicamente, são três os principais fundos: Private Equity, Venture Capital e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

Os referidos fundos foram apresentados como sendo, pelas suas especificidades, capazes de alternativamente aos bancos de crédito, serem os fornecedores de crédito para as empresas em nível regional. Desta forma as empresas teriam acesso mais fácil, pela menor burocracia e, conseqüentemente, maior velocidade na aprovação do crédito, além de terem taxas de juros mais competitivas, dado uma estrutura de custos menor, como também menos impostos que incidem sobre as operações, como por exemplo, a não incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Conclusivamente, os autores propuseram uma nova abordagem. Imagina-se que em um novo contexto de discussão, mais amplo e profundo, sobre a desintermediação bancária via fundos, possa-se levar o crédito a menores regiões. Nesse caso, seriam beneficiados os arranjos produtivos locais, que “sofrem” para conseguir financiar seu crescimento e sua produção, em função da incerteza que é gerada pelo afastamento

e pela centralização do sistema bancário nos grandes centros, gerando um aumento do risco no retorno dos empréstimos.

Os fundos, a exemplo de recebíveis, por não necessitarem de uma grande estrutura, podem atuar nessas comunidades e para tanto basta uma política de governo, organizando essas comunidades produtivas em condomínios industriais, por exemplo, e incentivando esses fundos a abastecerem o crédito nessas localidades.

5. Aplicação da Metodologia Shift-Share

Compreendem os aspectos metodológicos desta pesquisa, a ferramenta Shift-Share, análise de correlação e o conceito de preferência pela liquidez.

A metodologia shift-share permite decompor a evolução de uma variável local, em relação à evolução da média regional, em dois componentes: o efeito estrutural, proporcional, e o efeito diferencial, localização regional. A aplicação do método estrutural-diferencial neste estudo consiste em identificar, dentro da perspectiva regional, a razão pela qual, certas regiões e setores crescem (ou decrescem) mais rapidamente em comparação a outras unidades.

Assim, determinada região poderá apresentar um crescimento econômico maior do que outras, devido à existência de uma estrutura produtiva mais eficiente em razão da presença de setores mais dinâmicos. Sendo assim, a composição do crédito bancário em um determinado setor da economia apresentará variações de acordo com a região na qual está inserida.

Cabe a metodologia shift-share tradicional, determinar o grau de influência de especialização regional no crescimento da variável em estudo, e em segundo lugar, a importância dos outros fatores especificamente regionais têm tido no crescimento diferencial, tanto positiva quanto negativamente.

No presente estudo será utilizado o Produto Interno Bruto (PIB), para a análise do crescimento regional, informações do PIB por município, foram obtidas no site do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste caso, consideraremos uma matriz de dados do PIB com 4 setores (agropecuário, indústria, serviços e impostos) e 14 municípios (região da baixada fluminense e a capital), os efeitos serão determinados de acordo com as mesmas fórmulas utilizadas na avaliação do crédito disponibilizado.

Para a análise da variável crédito, será utilizado o conceito já utilizado em Cavalcante (2005), ou seja, verificar-se-á a ocorrência de distorções na variação do crédito de uma região para outra em termos de suas modalidades principais. Complementarmente, caracterizar-se-á a variação dos seus diferentes componentes, no sentido de verificar se o crescimento das variáveis de crédito é maior para algumas modalidades e maior em algumas localidades.

As informações sobre os dados bancários foram obtidas através do arquivo saldos Estban por município. Os dados são gerados mensalmente com a informação das Estatísticas Bancárias Mensais, contemplando a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial, por município, isto é, o agregado dos balancetes das agências da caixa econômica federal, dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial de cada cidade.

Dos balancetes, foram selecionadas as contas desagregadas que representam o detalhamento das operações de crédito: Empréstimos e Títulos Descontados (conta 161) crédito direcionado a produção; Financiamento Industrial (162) que tem um direcionamento para máquinas e equipamentos; Financiamentos Rurais que agrupam os financiamentos para Custeio e Investimento Agrícola (163), Financiamento para Custeio e Investimento Pecuário (164), Financiamento para a Comercialização Agrícola (165), Financiamento para a Comercialização da Pecuária (166), Financiamentos Agroindustriais (167); Financiamento Imobiliário (169); e a conta Outros Créditos (172).

Para aplicação da metodologia shift-share, será feita a apresentação em dois períodos 2001/2005 e 2005/2009. Neste caso, o efeito líquido total resultante é igual à soma dos resultados obtidos em cada sub-período.

Não existe nenhuma hipótese de comportamento a priori sobre as variáveis.

6. Análise dos Dados

A presente análise dos dados se baseia nas variações percentuais que ocorreram no período entre 2001 a 2009 e a importância de cada modalidade de crédito no processo de crescimento econômico dos municípios. Na oportunidade são analisadas separadamente as modalidades dos créditos desagregadas em cinco categorias selecionadas e o comportamento do PIB municipal, considerando os setores: agropecuário, de serviços, industrial e os impostos líquidos. Complementarmente, será verificada a aplicação da metodologia shift-share e o postulado keynesiano de preferência pela liquidez.

Deve ser feita uma observação a respeito do formato institucional do setor bancário no Brasil, que apresenta um sistema caracterizado por sua forte concentração, principalmente em São Paulo, que é a sede de vários bancos múltiplos.

Todos os dados utilizados nos cálculos foram deflacionados utilizando-se o índice do IPCA do IBGE, no período entre 2001 e 2009. As informações utilizadas correspondem ao saldo de fechamento do mês de dezembro para os períodos analisados.

Tabela 5: Modalidades dos créditos Concedidos (Mil Reais)

Baixada Fluminense	2001	2005	Var %	2009	Var %
Empréstimos e descontos	504.379	673.838	33,60	1.391.865	106,56
Financiamentos à Produção	37.698	95.033	152,9	128.549	35,27
Crédito Rural	5.196	5.890	13,35	4.237	-28,5
Crédito Imobiliário	197.053	119.447	-39,38	445.856	273,27
Outros Créditos (consumo)	90.730	67.990	-25,06	191.545	181,72
Volume Total	835.058	962.199	15,23	2.162.055	124,70

Rio de Janeiro (Capital)	2001	2005	Var %	2009	Var %
Empréstimos e descontos	9.084.996	10.242.212	12,74	24.039.777	134,71
Financiamentos à Produção	3.849.017	3.326.819	-13,57	8.942.720	168,81
Crédito Rural	139.129	146.048	4,97	1.023.314	600,67
Crédito Imobiliário	923.075	1.192.559	29,19	3.154.865	164,55
Outros Créditos (consumo)	11.467.913	8.962.043	-21,85	4.750.614	-46,99
Volume Total	25.464.132	23.869.684	-6,26	41.911.293	75,58
Total Geral	26.299.190	24.831.884	-5,58	44.073.348	77,49

Fonte: Banco Central/organização própria

Como pode ser observado, acima, o volume total de crédito apresentou uma variação positiva maior no período entre 2005/2009 do que no período 2001/2005 (77,49% contra -5,58% respectivamente). Este resultado pode ser explicado, pois no período entre 2005/2009 prevalece o cenário externo favorável com PIB's positivos e farta disponibilização de crédito. A única exceção neste período, foi o município de Duque de Caxias, cujo PIB caiu cerca de 11,34%, devido ao fato do preço do barril de petróleo ter caído de US\$ 249,66 (julho/2008) para US\$ 77,71 (dezembro de 2008). No primeiro período (2001/2005), embora a região da baixada fluminense

tenha apresentado crescimento na sua principal modalidade de crédito, empréstimo e desconto, duas outras importantes, o crédito imobiliário e o crédito ao consumo tiveram quedas consideradas (-39,38% e -25,06% respectivamente). Deve-se considerar que o crédito concedido à região da baixada fluminense significou apenas 3,2% em 2001, 3,87% em 2005 e 4,90 em 2009 do crédito total concedido para a região analisada.

Outro fator importante no período 2005/2009, foi o efeito renda que pode ser observado através das variações ocorridas nas categorias de empréstimos e títulos descontados (132,97%). Esta categoria atende parcela significativa dos endividamentos destinados ao capital de giro. Este efeito mostrou possuir uma maior capacidade de irradiar positivamente a economia do que o processo de retomada de crescimento apresentado em 2001. Como consequência deste fenômeno, o financiamento industrial também apresenta uma variação significativa no decorrer deste período (38%); o crédito destinado ao consumo (outros créditos) teve uma grande redução (-45,27 %) devido a uma política econômica de controle do consumo que mantém a tendência do período anterior.

No período 2005/2009 a categoria que apresentou uma maior variação foi o financiamento rural (600,67%), refletindo o esforço exportador, confirmando a característica central do crescimento observado neste ano, centrado na exportação do chamado *agrobussines*; porém o mesmo não se verificou na região da baixada fluminense que teve um decréscimo no financiamento rural (- 28,5%).

Tabela 6: PIB setorial (Mil Reais)

Baixada Fluminense	2001	2005	Var %	2009	Var %
Serviços	16.600.712	18.418.150	10,95	22.679.533	23,14
Indústria	4.478.056	8.056.849	79,92	6.947.590	-13,77
Agropecuário	45.967	42.368	-7,83	43.231	2,04
Impostos Líquidos	2.344.964	2.842.964	12,7	3.141.853	10,53
Volume Total	23.469.699	29.360.331	25,1	32.812.207	11,76

Rio de Janeiro (Capital)	2001	2005	Var %	2009	Var %
Serviços	53.637.248	55.634.692	3,72	71.053.836	27,71
Indústria	10.311.625	9.047.306	-12,26	12.609.999	39,38
Agropecuário	28.841	29.329	1,69	31.841	8,56
Impostos Líquidos	18.623.734	19.487.565	4,64	21.883.163	12,29
Volume Total	82.601.448	84.198.892	1,93	105.578.839	25,39
Total Geral	106.071.147	113.559.223	7,05	138.391.046	21,87

Fonte: Banco central/organização própria

A comparação das referidas variáveis nos dois períodos revela que, as taxas de crescimento do PIB foram bem distintas, e os causadores deste crescimento foram bastante distintos. Temos no período de 2001/2005 uma queda do crédito, principalmente na capital, nas modalidades de financiamento a produção (-13,57%), o que acarretou uma queda no PIB da indústria de 12%, e outros créditos (-21,85%) e na Baixada Fluminense ocorreu nas modalidades de crédito imobiliário (-39,38%) e outros créditos (-25,06%) ditadas por um crescimento das taxas de juros praticadas no mercado, puxadas por um cenário macroeconômico de incerteza do ambiente econômico e menor otimismo dos agentes. Em 2005, se inicia um ciclo de queda destas taxas, a variação da oferta de crédito é em sua totalidade devida a um cenário externo otimista e o crescimento da oferta de crédito, se reflete em todas as suas modalidades e principalmente para o setor primário, no crescimento de contas como financiamentos à comercialização agrícola.

Sob a ótica acima, passa-se a segunda parte da análise, que é a de tentar compreender, pelo ângulo da oferta de crédito nos municípios da Baixada Fluminense, a diferença entre as variações dos períodos de 2001/2005 e 2005/2009. Pela análise das variações dos tipos de crédito concedido nos dois períodos, percebe-se que eles se diferenciam quanto ao objetivo: em 2001/2005 a queda na oferta de crédito ao consumo e financiamento a produção é extraordinária na capital, enquanto na Baixada Fluminense ocorre nas modalidades de crédito imobiliário e

crédito ao consumo. No período 2005/2009, a maioria dos créditos alavanca a variação total da Capital, com exceção do crédito ao consumo que continuou sua trajetória de queda. Na região da Baixada Fluminense ocorreu uma variação positiva na maioria das modalidades de crédito, sendo que o crédito rural foi preterido na região. Vale a pena comentar, conforme mostra a TABELA de créditos concedidos da Baixada Fluminense acima, que a variação do crédito entre os períodos analisados é muito maior que o concedido a Capital. Como pode ser observado, em 2005/2009 a variação do crédito na Região foi de cerca de 125% enquanto que na Capital foi de 77%. Este resultado mostra que um processo exógeno se torna benéfico para a atividade econômica em regiões periféricas, em cenários econômicos positivos uma vez que o sistema financeiro deixou de ver estas regiões apenas como locais para a captação de recursos.

Assim sendo, a concessão de empréstimos nestas regiões passa a se constituir uma necessidade para os bancos na busca de alternativas a concorrência.

Tabela 7: Créditos Concedidos (%)

	2001	2005	2009
Baixada Fluminense	3,10%	3,88%	4,90%
Capital	96,90%	96,20%	95,10%
Volume Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Banco Central / organização própria

Tabela 8: PIB (%)

	2001	2005	2009
Baixada Fluminense	22,12%	25,86%	23,71%
Capital	77,88%	74,14%	76,29%
Volume Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE / organização própria

As tabelas acima mostram que, em todo período analisado 2001/2009, os créditos concedidos a Capital praticamente não oscilaram, em torno de 96%, enquanto que o

PIB da Região da Baixada Fluminense se manteve ao redor de 24%, demonstrando que esta região para o mercado financeiro é uma fonte de captação de recursos. Somente no final do período é aumentado o crédito concedido motivado pela concorrência bancária, fato comum explicado pelo maior desenvolvimento econômico e financeiro da Capital.

Tabela 9: Créditos Concedidos (2001/2005)

	Baixada Fluminense			Capital		
	2001	2005	Part. %	2001	2005	Part. %
Empréstimos e descontos	504.379	673.839	6,2	9.084.996	10.242.213	93,8
Financiamentos à Produção	37.698	95.033	2,8	3.849.017	3.326.819	97,2
Crédito Rural	5.196	5.890	3,9	139.129	146.048	96,1
Crédito Imobiliário	197.053	119.447	9,1	923.076	1.192.559	90,9
Outros Créditos (consumo)	90.730	67.990	0,8	11.467.913	8.962.044	99,2
Volume Total	835.056	962.199	3,87	25.464.131	23.869.683	96,13

Fonte: Banco Central / organização própria

Tabela 10: Créditos Concedidos (2005/2009)

	Baixada Fluminense			Capital		
	2005	2009	Part. %	2005	2009	Part. %
Empréstimos e descontos	673.839	1.391.866	5,5	10.242.213	24.039.777	94,5
Financiamentos à Produção	95.033	128.550	1,4	3.326.819	8.942.720	98,6
Crédito Rural	5.890	4.238	0,4	146.048	1.023.315	99,6
Crédito Imobiliário	119.447	445.856	12,4	1.192.559	3.154.866	87,6
Outros Créditos (consumo)	67.990	191.545	3,9	8.962.044	4.750.614	96,1
Volume Total	962.199	2.162.055	4,9	23.869.683	41.911.292	95,1

Fonte: Banco Central / organização própria

No período 2001/2005, os níveis de concentração do crédito se mantêm na capital, a única queda representativa ocorre no crédito ao consumo (22%). Todos os

municípios da Baixada conservam o mesmo nível de crédito com exceção de Guapimirim que tem um crescimento de 416% na modalidade empréstimo e desconto, Duque de Caxias em Financiamento a produção (413%), Belford Roxo (172%) e Queimados no crédito imobiliário e Guapimirim no crédito ao consumo. No período 2005/2009 todos os municípios da Região da Baixada melhoram seus percentuais na concessão de crédito com exceção da modalidade de Financiamento a produção na cidade de Duque de Caxias que tem uma queda de 33%. Esse padrão também se repete para a Capital com um grande incremento no crédito agropecuário com uma alta de 600%, porém continua a queda na concessão de crédito ao consumo (outros créditos -47%).

Importante notar, que a cidade de Seropédica se destacou no crescimento percentual em todas as modalidades de crédito com exceção do crédito rural onde não existe informação disponibilizada. Na modalidade de crédito rural existem três grandes quedas no período: Itaguaí (-59%), Magé (-41%) e Paracambi (-60%).

6.1 Efeito Alocação

O efeito alocação verifica a tendência dos setores da economia e das modalidades de crédito que mais se correlacionam, a exemplo do setor industrial com a modalidade de crédito financiamento.

Neste efeito calcula-se o efeito alocação pela diferença entre o efeito diferencial original e o efeito diferencial ajustado pelo crédito teórico da região.

O efeito diferencial mostra um resultado positivo quando o tipo de crédito ou setor da economia do município cresce a uma taxa maior do que a regional para o crédito ou setor da economia, indicando que existem fatores internos atuando de forma positiva sobre a região/município. Um provável motivo do desempenho superior é a presença de vantagens locacionais específicas para o crédito ou da atividade; ou seja, se positivo é porque tem vantagem competitiva, se negativo uma desvantagem competitiva.

O efeito especialização mostra um resultado positivo quando o tipo de crédito (i) ou setor da economia do município cresce a uma taxa maior do que a regional (todos os tipos de crédito ou no caso de setores da economia) afirma-se que o município é especializado no tipo de crédito (i ou setor).

Tabela 11: Efeito Alocação Baixada Fluminense (Setores)

Setores	Efeito Alocação Aij		Especialização(Sijo - Sijo*)		Vantagem Competitiva (Sij - Si)	
	2001/2005	2005/2009	2001/2005	2005/2009	2001/2005	2005/2009
Serviço	682	25	11.919	728	5,73%	-3,44%
Industria	2.352	1.021	3.492	3.634	67,37%	-28,11%
Agropecuária	1.504	636	41	23	-3,67%	-2,67%
Impostos	139	45	947	2.930	14,73%	-1,54%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 12: Efeito Alocação Capital (Setores)

Efeito Alocação Aij		Especialização(Sijo - Sijo*)		Vantagem Competitiva (Sij - Si)	
2001/2005	2005/2009	2001/2005	2005/2009	2001/2005	2005/2009
556	8	37.160	727	-1,50%	1,14%
1.697	909	6.842	3.634	-24,81%	25,03%
660	919	11	23	5,85%	3,86%
254	6	13.704	2.930	-1,85%	0,22%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13: Efeito Alocação Baixada Fluminense (Créditos)

Modalidade	Efeito Alocação Aij		Especialização(Cijo - Cijo*)		Vantagem Competitiva (cij - ci)	
	2001/2005	2005/2009	2001/2005	2005/2009	2001/2005	2005/2009
Emp e Desconto	39.833	66.948	201.557	253.429	19,76%	-26,42%
Financiamento	139.506	47.715	85.040	36.752	164,05%	-129,83%
Credito Rural	51.572	232.487	638.760	38.469	8,07%	-604,34%
Cred. Imobiliário	91.371	68.106	161.680	68.918	-56,51%	98,82%
Outros (consumo)	9.465	635.087	274.279	279.782	-3,19%	226,99%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14: Efeito Alocação Capital (Créditos)

Modalidade	Efeito Alocação Aij		Especialização(Cijo - Cijo*)		Vantagem Competitiva (cij - ci)	
	2001/2005	2005/2009	2001/2005	2005/2009	2001/2005	2005/2009
Emp e Desconto	1.637	3.250	149.219	187.044	-1,10%	1,74%
Financiamento	1.707	2.134	106.253	57.562	-1,61%	3,71%
Credito Rural	449	215.832	148.953	885.543	-0,30%	24,37%
Cred. Imobiliário	18.767	6.031	155.567	60.939	12,06%	-9,90%
Outros (consumo)	546	5.763	337.365	334.698	0,03%	-1,72%

Fonte: Elaboração própria

As tabelas acima amplificam essa análise regionalmente. No período 2001/2005 a região da Baixada Fluminense, composta por 13 municípios, apresentou uma variação nos setores de serviço, indústria e arrecadação de impostos maior que a variação da capital, a única exceção foi o setor de agropecuária, em que apenas quatro municípios tiveram efeito positivo (Japeri, Queimados, Nova Iguaçu e Seropédica), porém pela sua representatividade no setor não alteraram o desempenho da região.

Os municípios que mais contribuíram para essa posição positiva foram: setor de serviços - Duque de Caxias, Itaguaí, Guapimirim e Paracambi; na indústria foram: Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri e Mesquita; na arrecadação de impostos foram os já citados e mais Magé e Nova Iguaçu. Os municípios que obtiveram uma alocação positiva nesse período no setor de serviços também apresentaram alocação positiva para a modalidade de crédito empréstimo e descontos; na modalidade de financiamento o único município que apresentou um efeito alocação positivo foi Paracambi, o crédito rural concedido teve um efeito alocação positivo; esse tipo de comportamento mostrou uma conjuntura econômica que não privilegiou variações nos tipos de crédito semelhantes ao padrão das variações dos setores da economia.

O comportamento comum, do restante das modalidades de crédito (imobiliário, financiamento) foi o oposto: as variações diferenciais (locais) do crédito foram menores que as esperadas, o que significa que estas modalidades tiveram as ofertas de crédito diminuídas por aspectos próprios locais, vicissitudes de cada localidade. Já no período 2005/2009, na região da Baixada fluminense, aliada às políticas de crédito praticadas levaram a uma concentração do crédito ofertado, e as posições do efeito alocação se inverteram, ou seja, as modalidades de crédito com

efeito positivo (empréstimo/desconto, rural e outros) que eram positivos no período anterior ficaram negativos e as modalidades de financiamento e crédito imobiliário passaram a ter um efeito alocação positivo.

O resultado acima permite algumas inferências do ponto de vista regional. Em ambos os períodos analisados a economia brasileira apresentou taxas médias de crescimento anual de 3,3% do PIB significativas para o padrão pós 1990/2000 (em torno de 1,7% ao ano). No entanto, a variação no volume de crédito relativo devido às características locais das regiões foi maior no período 2001/2005 do que no período 2005/2009. Ou seja, no primeiro período, o processo de estabilização e o crescimento econômico puxado pela demanda externa possibilitaram uma maior diferenciação regional, com possibilidades de reduções das desigualdades regionais, uma vez que as variações diferenciais (locais) dos setores da economia foram maiores do que as variações estruturais (globais). Porém, no período 2001/2005 temos variações negativas nos créditos de longo prazo (financiamento, imobiliário), exceção Duque de Caxias, Itaguaí, tendo sido dada mais atenção para as modalidades de menor prazo (empréstimo/desconto e rural; destacando-se as vocações de cada município. Regiões periféricas possuem maior variação em contas relativas a empréstimos diretos e descontos, frutos da predominância de setores terciários nestas economias que importam bens de regiões centrais; municípios com atividade primária destacada têm maior variação (em relação aos outros tipos de crédito) em contas relativas ao setor agropecuário em geral; e região central, a se destacar a Capital, Rio de Janeiro, possui variações de crédito em todas as contas, daí já considerando que essas variações têm aspecto estrutural (global) mais acentuado, ou seja, variam conforme a variação do país.

Esses aspectos podem ser vistos claramente quando verificamos as porcentagens de variação da Baixada Fluminense, comparada com a Capital, embora negativa, com baixa variância (quadro acima). No período 2001/2005 a oferta de créditos possui alta variância na região da Baixada, fruto da diferença no crescimento apontada para esse ano. É notável a centralidade nos municípios de Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri e Nova Iguaçu com relação ao crédito.

Já para o período 2005/2009 a oferta de crédito para financiamento é mantida com alta variância, agora negativa, na região da Baixada Fluminense e na capital ocorre o inverso, ou seja, a variância aumento e se torna positiva (quadro acima).

O aspecto da não redução da variância das taxas de crescimento dos créditos na Baixada Fluminense, quando comparada com uma região central, Capital; é um fato que comprova a diferenciação do crescimento (incerteza) visto pela ótica do crédito: como no período de 2001/2005 ocorreu um maior grau de variação devido a fatores locais do que globais (e inversamente em 2005/2009) a distribuição do crescimento das modalidades de crédito no primeiro período apresenta-se com índices positivos, enquanto que no período seguinte, o crédito volta a se concentrar na capital provocando grande volatilidade na região periférica.

Neste segundo período, com o crescimento econômico puxado pelas exportações, a variação estrutural da Capital, foi superior às variações diferenciais. Ou seja, o comportamento com relação à concessão de crédito se uniformiza, e o município do Rio de Janeiro (capital) que também possui atividades econômicas relativas ao setor primário apresenta maior variação (crescimento) na concessão de crédito rural. A oferta de crédito se reduz na maioria dos municípios, acompanhando a tendência global da região da Baixada Fluminense, com redução da renda relativa, constrição do crédito, investimento e políticas industriais e regionais quase nulas, à exceção do incentivo à exportação, carro chefe da economia brasileira atual.

Esse aspecto aprofunda-se dado o grau de centralização na Capital em relação à região da Baixada Fluminense, fato que pode ser visto pelas variações percentuais dos setores da economia e modalidades de crédito da Capital e pelos diferentes níveis de preferência da região analisada.

6.2 Preferência pela Liquidez

Nas tabelas a seguir, são apresentados os indicadores correspondentes ao postulado Pós-Keynesiano de preferências pela liquidez do público e dos bancos, respectivamente para os períodos analisados. A Preferência pela Liquidez dos

Bancos (PLB) é algo marcante quando se leva em consideração o fato de regiões periféricas apresentarem níveis de renda mais baixo e maior incerteza, refletindo-se em níveis de PLB mais altos, pois os bancos preferem manter seus ativos na forma mais líquida, sobre a forma de depósitos à vista, do que alongar a maturidade de seus ativos. Isso pode ser visualizado nas tabelas abaixo.

Tabela 15: Preferência pela Liquidez do Público

Município	PLP 2001	PLP 2003	PLP 2005	PLP 2007	PLP 2009
BELFORD ROXO	0,22	0,17	0,20	0,18	0,15
DUQUE DE CAXIAS	0,15	0,15	0,15	0,17	0,13
GUAPIMIRIM	0,19	0,14	0,04	0,20	0,10
ITAGUAI	0,18	0,19	0,20	0,29	0,10
JAPERI	n/i	1,00	0,11	0,23	0,14
MAGE	0,13	0,12	0,11	0,10	0,16
MESQUITA	0,17	0,12	0,14	0,13	0,09
NILOPOLIS	0,13	0,10	0,11	0,12	0,10
NOVA IGUACU	0,15	0,15	0,18	0,20	0,13
PARACAMBI	0,12	0,13	0,15	0,14	0,10
QUEIMADOS	0,18	0,15	0,13	0,15	0,12
RIO DE JANEIRO	0,08	0,08	0,09	0,16	0,08
SAO JOAO DE MERITI	0,14	0,14	0,13	0,12	0,10
SEROPEDICA	0,41	0,24	0,20	0,26	0,21
Geral	0,08	0,08	0,09	0,16	0,09

Fonte: Elaboração própria

Tabela 16: Preferência pela Liquidez dos Bancos

Município	PLB 2001	PLB 2003	PLB 2005	PLB 2007	PLB 2009
BELFORD ROXO	0,36	0,48	0,40	0,37	0,33
DUQUE DE CAXIAS	0,39	0,41	0,37	0,39	0,27
GUAPIMIRIM	5,31	2,96	1,03	2,04	1,76
ITAGUAI	0,35	0,39	0,43	0,70	0,39
JAPERI	n/i	1,00	0,88	1,79	0,50
MAGE	0,26	0,45	0,41	0,33	0,48
MESQUITA	0,90	0,52	0,54	0,31	0,25
NILOPOLIS	0,26	0,29	0,33	0,33	0,23
NOVA IGUACU	0,31	0,41	0,50	0,41	0,25
PARACAMBI	0,15	0,17	0,20	0,18	0,15
QUEIMADOS	0,24	0,33	0,27	0,31	0,28
RIO DE JANEIRO	0,18	0,24	0,29	0,42	0,21
SAO JOAO DE MERITI	0,23	0,37	0,45	0,35	0,26
SEROPEDICA	1,71	0,90	0,43	0,60	0,36
Geral	0,19	0,24	0,30	0,42	0,22

Fonte: Elaboração própria

6.3 Correlação do PIB com o Crédito Concedido

A tabela abaixo apresenta os valores de PIB e crédito consolidados no período de 2001 a 2009 na região em estudo. Para o período analisado o grau de correlação medido em 0,96 caracterizou-se como alto entre PIB e crédito na Baixada Fluminense.

Tabela 17: Correlação PIB e Crédito Concedido

Anos	PIB R\$ MM	Total de Crédito
2001	105.094.212,00	26.443.516.707,00
2003	101.722.175,52	24.520.039.553,37
2005	139.672.066,55	30.728.925.252,64
2007	176.872.956,91	45.986.347.771,33
2009	208.534.631,90	67.962.921.766,42

Fonte: Elaboração própria

7. Síntese

A economia brasileira no período 2001/2003 atravessou uma crise institucional motivada pela transição do governo FHC para o primeiro mandato do presidente Lula, onde se esperavam medidas extravagantes na economia por conta da política de campanha do PT. Esta incerteza atingiu todo o país.

Analisando de forma consolidada as cidades da baixada fluminense no tocante ao efeito alocação, como também a preferência pela liquidez dos bancos, pode-se afirmar que a cidade de Belford Roxo, cidade dormitório, apresentou uma melhora nos seus setores agropecuário e industrial no período, porém estes têm números irrelevantes na sua economia. O seu principal setor que é o de serviços, apresentou piora, tendo a cidade um declínio real do seu PIB em torno de 8%. O crédito, fator fundamental para o desenvolvimento local, apresentou uma piora nas suas principais modalidades, que são empréstimo/financiamento. Com isso ocorreu um decréscimo real de 21%, confirmado pelo alto índice de preferência da liquidez dos bancos, ou 0,48.

Na cidade de Duque de Caxias, cujo principal pólo é a refinaria, o setor industrial teve um crescimento real no PIB de 13,52%, com um acréscimo do crédito, principalmente, na modalidade financiamento. Embora o crescimento do crédito tenha alcançado 16,36%, a preferência pela liquidez dos bancos é alta, demonstrando existir certa incerteza com o município.

A análise para a cidade de Guapimirim, cujo principal setor de atividade é o de serviços, basicamente turismo, ficou prejudicada pela falta de informações. No período de 2001/2003 verificou-se um crescimento real do PIB de 1,73% e o crédito cresceu 78%, sendo que, a preferência pela liquidez dos bancos foi alta, em torno de 2,96, ou seja, o sistema financeiro local não considerou a cidade como sendo uma alternativa de investimento.

O município de Itaguaí, cuja atividade principal é a indústria, que se desenvolve em função do seu porto, apresentou um crescimento real do PIB de 7,20% com baixo

crescimento do crédito, em torno de 3,95% e um índice de preferência pela liquidez de 0,39.

Magé, cidade cuja economia tem como base o comércio e indústria focada em pequenas empresas, apresentou uma queda no PIB de 7%, um decréscimo do crédito de 36% e um índice de preferência pela liquidez de 0,45.

O município de Mesquita, cuja constituição econômica se baseia em micro empresas de comércio e serviços, apresentou uma piora na sua principal atividade e um decréscimo do seu PIB de 1,85%. A principal modalidade de crédito foi desconto, cujo crescimento real foi de 39%; mesmo assim, o seu PLB foi de 0,52.

Nilópolis, tal como Mesquita, se baseia nas atividades de micro empresas, predominantemente, dos setores de comércio e serviços. Apresentou uma queda real do PIB de 7,78% e uma diminuição real do seu crédito de 22,55%, embora tenha apresentado um PLB de 0,29, inferior ao das cidades anteriormente analisadas, podendo ser explicado pelo empobrecimento do município.

A cidade de Nova Iguaçu, cuja característica principal é o comércio de grandes lojas e serviços automotivos, apresentou um PLB de 0,41, devido ao decréscimo real do crédito de 6,67%, ocasionando uma diminuição real do PIB de 5,91%.

O histórico setor têxtil, e o cultivo de bananas, característica acentuada da cidade de Paracambi, contribuíram para que o município apresentasse um crescimento real do PIB de 2,77%, um PLB baixo de 0,17 e um decréscimo de crédito de 0,58%.

A cidade de Queimados, embora tenha apresentado um crescimento real do PIB muito alto, ou seja, 447,50% apresenta uma distorção, se comparado às demais cidades da região. Pela análise shift-share, todos os setores apresentaram piora, confirmando essa distorção com o decréscimo real do crédito de 29,07% e um PLB de 0,33.

O município do Rio de Janeiro, capital e pólo central da região, seguindo as outras cidades de maior relevância, apresentou um declínio do PIB de 5,75% e do crédito de 7,3% com o PLB de 0,24.

São João de Meriti, cidade dormitório cujo arranjo comercial se concentra em shoppings, apresentou quedas reais do PIB de 6,61 e do Crédito de 23,50%, com PLB de 0,37.

Seropédica, cidade dormitório, explora a extração de areia e atividades comerciais alavancadas pela UFRRJ. Apresentou uma queda real do seu PIB de 5,81%, porém com crescimento do crédito de 26,23%, e o PLB altíssimo de 0,90.

O período entre 2003/2005 é caracterizado com o vigoroso crescimento da demanda interna, no setor externo graças ao aquecimento das economias desenvolvidas e ao boom de investimentos na China, balança comercial brasileira bate sucessivos recordes. Diante deste cenário positivo, todas as cidades da baixada fluminense, tiveram um crescimento Real do PIB em torno de 30% e um crescimento real do crédito que variou do mínimo de 18,61%, São João de Meriti, ao máximo de 149,41% em Seropédica. O PLB desta região se manteve praticamente inalterado, mostrando que o crescimento apresentado foi devido a fatores exógenos, ou seja, externos.

No período de 2005/2009, ocorreu uma continuidade do cenário externo benigno no âmbito do comércio e das finanças internacionais. Este cenário contribuiu para a evolução favorável do balanço de pagamentos, principalmente pela alta nos preços das commodities nacionais. Em função disso, todas as cidades voltam a apresentar um crescimento real médio no PIB em torno de 25% e um crescimento real do crédito variando do mínimo de 28% em Paracambi até 70,82% em São João de Meriti. Apesar do crescimento real do PIB e do crédito, a PLB dos bancos mantém-se praticamente inalterada, subindo em algumas das cidades principais.

O biênio 2007/2009, caracterizado pela crise americana que levou a uma variação acentuada do preço do petróleo, só começou a afetar a economia brasileira e sentir

os reflexos de modo mais contundente a partir de 2010. Por isso, seguindo a trajetória dos anos anteriores às cidades analisadas continuaram apresentando um crescimento real dos seus respectivos PIB's (média de 23%), e do crédito (média de 50%). Porém com perda de suas vantagens competitivas em relação ao período 2001/2005. Após esse período de crescimento, finalmente as PLB's caem em toda a região, mostrando um menor nível de incerteza, tendo como única exceção neste período à cidade de Duque de Caxias que teve uma diminuição real do seu PIB de 11,34%, principalmente devido ao fato do preço do barril de petróleo ter caído de US\$ 249,66 (julho/2008) para US\$ 77,71 (dezembro de 2008).

8. Considerações finais

Esse trabalho avaliou a dinâmica econômica dos municípios da região da Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, levando em consideração o papel da moeda como elemento endógeno no processo. Foi utilizado o método shift-share para decompor os setores de atividades nos municípios da região, verificando as principais modalidades de crédito e, fundamentalmente, avaliando se a moeda creditícia exerceu um papel essencial no processo de desenvolvimento regional.

Procurou-se avaliar se a preferência pela liquidez do público e, principalmente, dos bancos afetou o desenvolvimento dos municípios da região e para tanto se resgatou a discussão macroeconômica onde, a teoria ortodoxa tem como referência um modelo de troca que leva a um equilíbrio geral. Neste, a moeda, principalmente a creditícia, é disponibilizada como variável exógena, isto é, ela é vista como simples item intermediário que aumenta a eficiência dos negócios, ou ela é endógena, onde, a oferta de moeda é criada pelas forças do mercado, de acordo com as necessidades econômicas, expressas pela demanda por moeda.

O aspecto do crescimento diferenciado nos períodos de 2001/2005 e 2005/2009 abordado no parágrafo anterior desse trabalho pode ser visualizado regionalmente, através da análise do comportamento da oferta de diferentes tipos de crédito na região analisada.

Foi observado no período 2001/2003 uma alta preferência pela liquidez dos bancos nos municípios, indicando uma baixa oferta de crédito. Neste caso, pelo fato da ocorrência de projetos específicos em alguns municípios, os bancos disponibilizaram mais crédito, como foi o caso de Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Mesquita e Seropédica, fato que provocou uma indução ao crescimento do PIB. No período 2003/2005, com um cenário externo mais favorável os PIB's das cidades ficaram positivos e as PLB's praticamente inalteradas. Em relação ao crédito é mantida certa oscilação, tendo o município de São João de Meriti a menor oferta de crédito, com um crescimento de 18,61% até o maior crescimento de 149% para a cidade de Seropédica. No período entre 2005/2007 prevalece o cenário externo favorável com PIB's positivos e PLB's inalteradas e altas. O período de 2007/2009 continuou caracterizado por PIB's e disponibilização de crédito positivos e, finalmente, as PLB's começaram a cair refletindo esse período de calmaria. A única exceção neste período, foi o município de Duque de Caxias, cujo PIB caiu cerca de 11,34%, devido ao fato do preço do barril de petróleo ter caído de US\$ 249,66 (julho/2008) para US\$ 77,71 (dezembro de 2008).

Na análise consolidada, se confirmou, através das altas preferências pela liquidez dos bancos, o postulado Pós-Keynesiano da preferência pela liquidez, que o sistema financeiro brasileiro influenciou no grau de desenvolvimento da região.

O nível de crédito para investimento no sistema produtivo esteve em sintonia com o conceito de preferência pela liquidez dos bancos e do público. Foi observado que os municípios analisados não tiveram um crescimento consolidado, ou seja, na sua maioria oscilaram conforme a economia internacional, demonstrando que este tipo de abordagem monetário-creditícia exógena, determinada pelo Governo e implantada pelas matrizes dos grandes bancos, não possibilitou um desenvolvimento sustentável da região.

Assim, uma indicação necessária parece ser o aprofundamento do debate sobre uma nova abordagem sobre uma política de disponibilização de crédito de forma endógena na região. Para tanto, é necessário que se utilize uma nova política creditícia descentralizada, visando às peculiaridades do município.

Como alternativa ao atual sistema financeiro tradicional, centralizado, existem fortes indícios de que o sistema econômico carece da presença de novas práticas endógenas para irrigar o mercado com crédito, compatibilizando as taxas de retorno dos investimentos dos projetos. Tais práticas estariam relacionadas a um modelo capaz de provocar a desintermediação bancária, com a natureza funcional dos fundos de investimento, ou seja, identificando projetos importantes e disponibilizando os recursos necessários, devidamente coordenados com o processo de desenvolvimento local.

A formulação e implementação de um modelo dessa natureza tenderia à reduzir as diferenças operativas de crédito entre as pequenas e grandes cidades. As menores regiões, através deste mecanismo, poderiam formular políticas públicas, através dos atores e agentes locais, para induzir a criação e desenvolvimento de arranjos produtivos locais. Por sua vez, o instrumental creditício garantiria o financiamento do crescimento da produção, o que hoje não ocorre em função da incerteza que é gerada pelo afastamento e pela centralização do sistema bancário nos grandes centros, gerando um aumento do risco no retorno dos empréstimos.

Outra vantagem observada é que por não necessitar de uma grande estrutura, os fundos de investimento em direitos creditórios podem atuar nesses arranjos produtivos e, para tanto, basta uma política de governo, organizando essas comunidades produtivas em condomínios industriais, por exemplo, e incentivando esses fundos a abastecerem o crédito, nessas localidades, fazendo com que sejam favorecidos os aspectos dinâmicos presentes em suas atividades econômicas, apresentando condições creditícias diferenciadas que possam fornecer uma melhor condição para a estruturação de sua malha produtiva e conseqüente redução das diferenças entre regiões.

BIBLIOGRAFIAS

AMADO, A, Mollo, M.L; *Liberalização e Financialização das Economias: A Teoria da Preferência pela Liquidez e a Necessidade de Controles Regulatórios*, 2007.

AMADO, A, *Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não neutralidade da moeda*, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.21, p.44-81, 2000.

AMADO, A, *Preferência pela Liquidez: o Novo Contexto Financeiro Internacional Inviabiliza a Teoria?* *Revista de Economia Política*, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

ANDRADE, T.A. *Métodos Estatísticos e Econométricos Aplicados à Análise Regional*. In:HADDAD, P. (org), *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB, ETENE, 1989.

BACEN ESTBAN - *Estatística Bancária por município - Banco Central do Brasil*- Disponível em: < <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>, acesso em 15 de set 2010.

BARDEN, J.E, *Desenvolvimento Regional Sob o Enfoque Pós-Keynesiano*, CEPE, Santa Cruz do Sul, n.25, p 21-35 jan/jun 2007.

BERTOCCO, G, *Algumas Observações Sobre a Teoria da Moeda Endógena*, Departamento de Economia da Universidade de Insúbria, Itália, 2006.

BROWN, H. J. *Shift and share projections of regional economic growth: and empirical test*. *Journal of Regional Science*, v.9, n.1, p.1-17, 1969.

CAVALCANTE, A; Crocco, M; Brito M.A; *Impactos Macroeconômicos na Variação Regional da Oferta de Crédito*, 2005.

CHALMERS, J. A. *Measuring changes in regional industrial structure: a comment on Stilwell and Ashby. Urban Studies*, v.8, n.3, p.289-292, 1971.

CHICK, V; *Macroeconomia após Keynes: um reexame da teoria geral, Forense Universitária*, p.304, 1993, apud AMADO, 2000.

CROCCO, M; CAVALCANTE, A; Brito, *Desenvolvimento Econômico, Preferência Pela Liquidez e Acesso Bancário: Um Estudo de Caso*, 2003.

CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; CASTRO, C. *The behavior of Liquidity Preference of banks and public and regional development: the case of Brasil, Journal of Post Keynesian Economics*, vol.28, n.2, p.217-40, 2005.

DOW, S. C. *The Regional Composition of the Bank Multiplier Process. In: DOW, S. C. (ed.), Money and the Economic Process. Aldershot: Eglar, 1982.*

_____ *Money and Regional Development. Studies in Political Economy*, (1987).

_____ *Uncertainty about Uncertainty. In DOW, S.C. and HILLARD, J. (eds.), Keynes, Knowledge and Uncertainty. Aldershot: Elgar, 1995.*

_____ *The Stages of Banking Development and the Spatial Evolution of Financial Systems. In Martin, R. (ed.). Money and the Space Economy, London: Wiley, 1999.*

EDWARDS, J. A., HARNIMAN, K. F., MORGAN, J. S. *Regional growth and structural adaptation: a correction to the Stilwell modification. Urban Studies*, v.15, p.97-100, 1978.

ESTEBAN-MARQUILLAS, J.M. *A reinterpretation of shift-hare analysis. Regional and Urban Economics*, v. 2,n. 3, p. 249-55, 1972.

FILHO, P. J. M., SCHUMACHER, G., REICHERT, H. *O Rio Grande do Sul no Governo Lula (2003 – 2010): Vantagem Competitiva, Especialização e Emprego. Desenvolvimento em Questão*, vol. 10, número-19, 2012. PP – 132-155, Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul.

HADDAD, P. R. *Economia regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza, BNB/ETENE, cap. 11, 1989.

HERZOG, H. W.; OLSEN, R. J. *Shift-Share Analysis Revisited: The Allocation Effect and the Stability of Regional Structure*. *Journal of Regional Science*, v. 17, n. 3, p. 441- 454, 1977.

IBGE – Cidades, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 out. 2010.

KEYNES, J. M. (1936). *The general theory of employment, interest and money*. Cambridge: Macmillan. v.7. (The collected writings of John Maynard Keynes), apud AMADO, 2000.

KEYNES, J. M. (1937). *The general theory of employment*. *Quarterly Journal of Economics*, n.51, feb, apud AMADO, 2000.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

LEMOS, M., GUERRA, L. e MORO, S., *A nova configuração regional brasileira: sua geografia econômica e os determinantes locacionais da indústria*. In: XXVIII Encontro Nacional de Economia, Campinas, 2000.

MAROUVO, C., RIBEIRO, A., *O Papel da Moeda no Processo de Desenvolvimento Econômico Regional*, XVI Encontro Regional de Economia, 2011, Fortaleza. XVI Encontro Regional de Economia, 2011.

MYRDAL, G. (1957), *Economic Theory and Under-Developed Regions*. London: Gerald Duckworth, apud SANTOS, 2002a, p. 190.

PAULA, T. H. P., et al, *Um modelo de diferenciação das taxas de crescimento regionais a partir de variáveis financeiras*, 2006.

PEREIRA, A.S; *O Método Estrutural-Diferencial e suas Reformulações. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, V. 5, nº 9, maio 1997.*

PLIHON, D., *A Economia de Fundos Próprios: Um Novo Regime de Acumulação Financeira, Economia e Sociedade, n. 13, dezembro, 1996.*

RIBEIRO, A.C, *Aplicação do Postulado Financeiro Pós-Keynesiano de Preferência Pela Liquidez e seus Reflexos no Sistema Econômico da Região Norte Fluminense-RJ, SIMPEP, 2008.*

RODRÍGUES-FUENTES, C. *Regional Finance: a survey. Regional Studies, vol. 31, n.9, p.903-920, 1997.*

RODRÍGUES-FUENTES, C. J. *Credit Availability and Regional Development. Papers in Regional Science, v. 77, 1, p.63-75, 1998.*

SOUZA, N. de J. *Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas, 2009.*

SOUZA, N. de J. de; SOUZA, R. B. de L. *Dinâmica estrutural- diferencial da Região Metropolitana de Porto Alegre, 1990 /2000. Revista de Economia (Curitiba), v. 30, n. 2, p.121-144, 2004.*

STIWELL, F.J.B. *Regional growth and structural adaptation. Urban Studies, v. 6, p.162-178, 1969.*

STUDART, Rogério. *O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional, Campus, 1995.*

TOBIN, J. *Commercial banks as creators of 'money'*. In *Essays in economics macroeconomics*. Cambridge: MIT Press, 1987, apud Bertocco, 2006.

APÊNDICE

Agropecuária		2001	2005	Tx cresc numic	Efeito	Efeito	Crédito Técnico (0)	Posição	Efeito	Efeito
				emp/desc(cij)	Diferencial(Dij)	Estrutura(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
MUNICÍPIO		MIL REAIS	MIL REAIS	$c_{ij} = \frac{C_{ij} - C_{ij}^0}{C_{ij}^0}$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (c_{ij} - c_j)$	$P_{ij} = C_{ij}^0 (p_{ij} - p_j)$	$C_{ij}^0 = C_j \left(\frac{C_{ij}}{C_j}\right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (c_{ij} - c_j)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0 = (c_{ij} - c_j^0) (C_{ij}^0 - C_{ij}^0)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0 = (c_{ij} - c_j^0) (C_{ij}^0 - C_{ij}^0)$
Belford Roxo	1.005	970	-3,47%	6,95	639,10	432,78	2,99	3,96	3,96	
Duque de Caxias	4.465	3.726	-16,56%	553,85	2839,39	2.150,25	266,72	287,13	287,13	
Guapimirim	4.117	3.058	-25,73%	888,06	2618,09	41,66	8,99	879,08	879,08	
Itaguaí	9.673	9.062	-6,31%	208,34	6151,26	246,19	5,30	203,04	203,04	
Japeri	1.282	1.777	34,68%	497,86	815,25	56,13	21,80	476,07	476,07	
Magé	13.367	11.571	-13,43%	1.240,06	8500,36	189,65	17,59	1.222,47	1.222,47	
Mesquita	101	71	-29,21%	25,31	64,23	139,33	34,91	9,60	9,60	
Nilópolis	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	158,18	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
Nova Iguaçu	4.718	5.106	8,22%	584,21	3000,28	848,51	105,07	479,14	479,14	
Paracambi	1.584	1.126	-28,91%	392,12	1007,30	41,52	10,28	381,85	381,85	
Queimados	1.116	1.300	16,53%	230,86	709,69	177,99	36,82	194,04	194,04	
Rio de Janeiro	28.841	29.329	1,69%	1.687,51	18340,60	17.548,83	1.026,80	660,71	660,71	
São João de Meriti	453	440	-2,78%	6,23	288,07	436,29	6,00	0,23	0,23	
Seropédica	4.086	4.210	3,04%	294,12	2598,37	67,69	4,87	289,25	289,25	
BAIXADA FLUMINENSE	45.967	42.368	-7,83%	1.687,51	29231,38	4.986,18	183,05	1.504,46	1.504,46	

Agropecuária		2005	2009	Tx cresc numic	Efeito	Efeito	Crédito Técnico (0)	Posição	Efeito	Efeito
				emp/desc(cij)	Diferencial(Dij)	Estrutura(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
MUNICÍPIO		MIL REAIS	MIL REAIS	$c_{ij} = \frac{C_{ij} - C_{ij}^0}{C_{ij}^0}$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (c_{ij} - c_j)$	$P_{ij} = C_{ij}^0 (p_{ij} - p_j)$	$C_{ij}^0 = C_j \left(\frac{C_{ij}}{C_j}\right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (c_{ij} - c_j)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0 = (c_{ij} - c_j^0) (C_{ij}^0 - C_{ij}^0)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0 = (c_{ij} - c_j^0) (C_{ij}^0 - C_{ij}^0)$
Belford Roxo	970	1.098	13,20%	82,37	166,48	1208,60	102,62	20,25	20,25	
Duque de Caxias	3.726	4.134	10,96%	233,01	639,30	10211,79	638,69	405,68	405,68	
Guapimirim	3.058	3.320	8,57%	118,15	524,71	130,63	5,05	113,10	113,10	
Itaguaí	9.062	9.040	-0,25%	449,31	1555,12	869,52	43,11	406,20	406,20	
Japeri	1.777	1.627	-5,77%	180,95	296,28	179,05	18,77	162,19	162,19	
Magé	11.571	12.668	9,48%	551,95	1985,61	554,58	26,45	525,50	525,50	
Mesquita	71	218	205,03%	143,22	12,27	440,37	882,18	738,96	738,96	
Nilópolis	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	455,97	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
Nova Iguaçu	5.106	4.618	-9,57%	728,89	876,20	2566,39	366,35	362,54	362,54	
Paracambi	1.126	1.200	6,55%	20,71	193,22	125,14	2,30	18,41	18,41	
Queimados	1.300	1.059	-18,56%	302,52	223,16	381,69	88,79	213,73	213,73	
Rio de Janeiro	29.329	31.841	8,56%	1131,37	5032,92	53160,73	2050,65	919,28	919,28	
São João de Meriti	440	490	11,31%	29,10	75,57	1227,53	81,11	52,01	52,01	
Seropédica	4.210	3.760	-10,69%	648,21	722,48	185,78	28,60	619,61	619,61	
BAIXADA FLUMINENSE	42.368	43.231	2,04%	1131,37	7270,40	18537,05	495,00	636,37	636,37	

EMPRÉSTIMOS E
TÍTULOS DE SCONTADOS

			Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
			emp/desc(a)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
	2001	2005	$e_{ij} = \frac{(C_{ij}^t - C_{ij}^0)}{C_{ij}^0}$	$D_{ij} = C_{ij}^t (e_{ij} - e_1)$	$E_{ij} = C_{ij}^t (e_{ij} - e)$	$C_{ij}^0 = C_{ij}^0 \left(\frac{C_{ij}^t}{C_{ij}^0} \right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (e_{ij} - e_1)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^{01}$	$A_{ij} = C_{ij}^0 (e_{ij} - e)$
BELFORD ROXO	25.921.211,00	36.093.313,66	39,24%	6.585.943,78	5.017.021,31	12.880.294,94	3.272.566,95	3.313.376,83	3.313.376,83
DUQUE DE CAXIAS	140.637.078,00	214.866.634,63	52,78%	54.772.637,49	27.220.148,69	81.060.442,48	31.569.869,72	23.202.767,77	23.202.767,77
GUAPIRIMIM	283.065,00	1.461.506,81	416,31%	1.139.280,21	54.786,91	102.780,16	413.669,68	725.610,53	725.610,53
ITAGUAI	27.865.458,00	41.410.141,05	48,61%	9.689.540,65	5.393.328,14	16.477.876,68	5.729.794,02	3.959.756,63	3.959.756,63
JAPERI		444.188,59	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	0,36	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
MAGE	18.446.822,00	30.225.464,52	63,85%	9.226.953,63	3.570.361,71	15.525.500,82	7.765.395,36	1.461.158,27	1.461.158,27
MESQUITA	2.609.603,00	7.216.187,06	176,52%	4.245.549,58	505.085,73	1.025.520,30	1.668.413,66	2.577.135,92	2.577.135,92
NILOPOLIS	34.683.520,00	47.580.016,51	37,18%	8.098.085,92	6.712.956,39	27.218.669,54	6.355.154,40	1.742.931,53	1.742.931,53
NOVA IGUAÇU	122.355.774,00	182.757.332,35	49,37%	43.473.828,95	23.681.822,80	78.941.531,24	28.048.456,68	15.425.372,27	15.425.372,27
PARACAMBI	9.761.536,00	13.928.402,83	42,69%	2.816.373,64	1.889.334,34	9.120.835,67	2.631.520,40	184.853,24	184.853,24
QUEIMADOS	21.085.071,00	18.588.424,13	-11,84%	5.413.733,37	4.080.991,84	9.808.505,96	2.518.392,68	2.895.333,69	2.895.333,69
RIO DE JANEIRO	9.084.996.473,00	10.242.212.588,26	12,74%	99.678.895,78	1.758.390.876,13	9.234.216.211,32	101.316.107,06	1.637.211,28	1.637.211,28
SAO JOAO DE MERITI	98.701.475,00	74.319.128,79	-24,70%	38.037.540,45	19.103.559,77	49.896.046,67	19.228.921,29	18.808.619,16	18.808.619,16
SEROPEDICA	2.029.316,00	4.948.255,83	143,84%	2.638.187,15	392.771,84	764.449,80	993.813,50	1.644.373,65	1.644.373,65
BAIXADA FLUMINENSE	504.379.929,00	673.838.996,77	33,60%	99.678.895,78	97.622.169,46	302.822.454,64	59.845.775,30	39.833.120,48	39.833.120,48

EMPRÉSTIMOS E
TÍTULOS DE SCONTADOS

			Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
			emp/desc(a)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
	2005	2009	$e_{ij} = \frac{(C_{ij}^t - C_{ij}^0)}{C_{ij}^0}$	$D_{ij} = C_{ij}^t (e_{ij} - e_1)$	$E_{ij} = C_{ij}^t (e_{ij} - e)$	$C_{ij}^0 = C_{ij}^0 \left(\frac{C_{ij}^t}{C_{ij}^0} \right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (e_{ij} - e_1)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^{01}$	$A_{ij} = C_{ij}^0 (e_{ij} - e)$
BELFORD ROXO	36.093.313,66	52.073.066,99	44,27%	32.015.238,79	18.930.014,75	20.952.852,58	18.585.452,83	13.429.785,95	13.429.785,95
DUQUE DE CAXIAS	214.866.634,63	418.997.441,90	95,00%	81.587.554,08	112.692.023,83	144.588.881,73	54.802.210,51	26.685.343,56	26.685.343,56
GUAPIRIMIM	1.461.506,81	1.892.226,26	29,47%	1.512.715,52	766.522,73	665.535,32	688.854,54	823.860,98	823.860,98
ITAGUAI	41.410.141,05	80.195.358,03	93,66%	16.279.812,86	21.718.553,98	26.662.983,53	10.482.175,89	5.797.636,97	5.797.636,97
JAPERI	444.188,59	2.905.480,48	554,11%	1.870.633,24	232.965,49	194.112,62	817.476,01	1.053.157,23	1.053.157,23
MAGE	30.225.464,52	57.910.449,80	91,59%	12.507.249,35	15.852.478,79	16.702.197,13	6.911.342,72	5.595.906,63	5.595.906,63
MESQUITA	7.216.187,06	23.434.152,04	224,74%	6.622.258,57	3.784.704,53	3.523.661,88	3.233.646,79	3.388.611,78	3.388.611,78
NILOPOLIS	47.580.016,51	80.611.375,29	69,42%	30.238.047,26	24.954.494,97	30.335.304,79	19.278.689,82	10.959.357,44	10.959.357,44
NOVA IGUAÇU	182.757.332,35	433.863.543,75	137,40%	8.085.113,15	95.851.520,59	104.759.410,82	4.634.515,50	3.450.597,65	3.450.597,65
PARACAMBI	13.928.402,83	25.073.698,85	80,02%	7.375.962,25	7.305.089,07	13.185.984,07	6.982.804,99	388.157,27	388.157,27
QUEIMADOS	18.588.424,13	29.792.925,27	60,28%	13.513.408,61	9.749.150,39	12.133.507,67	8.820.814,82	4.682.593,79	4.682.593,79
RIO DE JANEIRO	10.242.212.588,26	24.039.777.570,52	134,71%	178.008.821,60	5.371.777.088,92	10.429.256.785,39	181.259.634,53	3.250.812,93	3.250.812,93
SAO JOAO DE MERITI	74.319.128,79	164.103.354,99	120,81%	9.041.446,44	38.978.471,68	44.348.025,29	5.385.250,21	3.646.196,23	3.646.196,23
SEROPEDICA	4.948.255,83	21.012.795,04	324,65%	9.484.608,59	2.595.232,92	2.356.560,29	4.516.955,60	4.967.652,98	4.967.652,98
BAIXADA FLUMINENSE	673.838.996,77	1.391.885.868,69	106,56%	178.008.821,60	353.411.223,72	420.409.017,73	111.059.933,00	66.948.888,60	66.948.888,60

		Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
		emp/desc(cj)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
		$e_{ij} = \frac{(C_{ij}^t - C_{ij}^g)}{C_{ij}^g}$	$D_{ij} = C_{ij}^t (e_{ij} - e_j)$	$P_{ij} = C_{ij}^g (e_j - e)$	$C_{ij}^0 = C_{ij}^g \left(\frac{C_{ij}^t}{C_{ij}^g} \right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (e_{ij} - e_j)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}$	$A_{ij} = \left(\frac{C_{ij}^0}{C_{ij}^g} \right) (D_{ij} - e_j)$
FINANCIAMENTOS	2001	2005						
BELFORD ROXO	6.234.701,00	1.569.819,88	-74,82%	3.919.192,14	401.530,70	5.220.573,38	3.281.701,91	637.490,23
DUQUE DE CAXIAS	11.891.686,00	61.022.874,02	413,16%	50.553.469,41	765.856,01	32.854.992,07	139.671.854,49	89.118.385,09
GUAPIMIRIM		0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	41.658,32	#DIV/0!	#DIV/0!
ITAGUAI	1.561.997,00	2.687.347,39	72,05%	1.312.169,93	100.596,60	6.678.726,28	5.610.525,37	4.298.355,44
JAPERI	-	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	0,15	#DIV/0!	#DIV/0!
MAGE	1.149.237,00	3.375.717,07	193,74%	2.363.932,27	74.013,80	6.292.714,31	12.943.849,19	10.579.916,92
ME SQUITA	194.655,00	816.800,96	319,61%	645.427,28	12.536,28	415.658,49	1.378.219,57	732.792,29
NILÓPOLIS	906.641,00	1.905.453,76	110,17%	1.107.249,75	58.390,00	11.032.127,94	13.473.161,77	12.365.912,02
NOVA IGUAÇU	8.621.388,00	16.141.382,86	87,22%	8.551.118,78	556.239,45	31.996.166,12	31.735.379,15	23.184.260,37
PARACAMBI	1.040.250,00	908.253,76	-12,69%	7.579,22	66.994,76	3.696.809,13	26.994,79	19.355,58
QUEIMADOS	1.618.019,00	1.676.731,67	3,63%	252.232,61	104.204,56	3.975.532,03	619.744,77	367.512,16
RIO DE JANEIRO	3.849.017.201,00	3.326.819.634,61	-13,57%	61.893.539,39	247.886.367,51	3.742.763.932,07	60.136.330,02	1.707.209,37
SAO JOAO DE MERITI	4.434.547,00	4.639.845,88	4,61%	734.884,03	285.596,17	20.223.603,13	3.351.414,01	2.616.529,98
SEROPEDICA	45.270,00	289.682,28	539,90%	249.826,70	2.915,50	309.842,77	1.709.896,15	1.460.069,44
BAIXADA FLUMINENSE	37.898.391,00	95.833.889,51	152,09%	61.893.539,39	2.427.872,85	122.738.404,12	201.350.167,17	139.506.627,78

		Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
		emp/desc(cj)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
		$e_{ij} = \frac{(C_{ij}^t - C_{ij}^g)}{C_{ij}^g}$	$D_{ij} = C_{ij}^t (e_{ij} - e_j)$	$P_{ij} = C_{ij}^g (e_j - e)$	$C_{ij}^0 = C_{ij}^g \left(\frac{C_{ij}^t}{C_{ij}^g} \right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (e_{ij} - e_j)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}$	$A_{ij} = \left(\frac{C_{ij}^0}{C_{ij}^g} \right) (D_{ij} - e_j)$
FINANCIAMENTOS	2005	2009						
BELFORD ROXO	1.569.819,88	3.672.858,98	133,97%	488.705,37	1.327.610,64	6.568.086,92	2.044.731,00	1.556.025,63
DUQUE DE CAXIAS	61.022.874,02	40.760.013,27	-33,21%	121.010.531,93	51.607.587,54	45.324.250,71	89.879.602,96	31.130.928,97
GUAPIMIRIM	0,00	65.859,96	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	208.625,24	#DIV/0!	#DIV/0!
ITAGUAI	2.687.347,39	5.697.017,22	111,99%	1.427.092,54	2.272.713,60	8.338.040,65	4.438.465,05	3.011.372,51
JAPERI	0,00	12.233,47	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	60.848,45	#DIV/0!	#DIV/0!
MAGE	3.375.717,07	5.503.700,42	63,04%	3.445.265,02	2.854.873,96	5.235.634,73	5.343.501,49	1.898.236,47
MESQUITA	816.800,96	2.010.955,73	146,20%	154.368,96	690.775,84	1.104.561,66	208.753,47	54.384,51
NILÓPOLIS	1.905.453,76	7.934.534,55	316,41%	2.883.210,79	1.611.459,20	9.509.202,53	14.388.717,26	11.505.506,47
NOVA IGUAÇU	16.141.382,86	38.905.241,98	141,03%	3.885.221,63	13.650.894,20	32.838.913,64	7.904.317,54	4.019.095,91
PARACAMBI	908.253,76	2.463.082,24	171,19%	55.317,81	768.118,28	4.133.408,05	251.748,03	196.430,22
QUEIMADOS	1.676.731,67	2.501.162,61	49,17%	1.943.823,00	1.418.026,90	3.803.488,46	4.409.356,88	2.465.533,89
RIO DE JANEIRO	3.326.819.634,61	8.942.720.279,47	168,81%	123.381.060,62	2.813.520.967,36	3.269.257.245,96	121.246.256,41	2.134.804,21
SAO JOAO DE MERITI	4.639.845,88	18.044.083,57	288,96%	5.746.056,10	3.923.282,38	13.901.767,50	17.219.130,40	11.473.074,31
SEROPEDICA	289.682,28	979.212,22	238,03%	211.269,70	244.986,88	738.710,53	538.752,85	327.483,15
BAIXADA FLUMINENSE	95.033.089,51	128.540.956,22	35,27%	123.381.060,62	80.370.329,41	131.785.539,06	171.096.611,38	47.715.550,76

		Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS		emp/desc(cj)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
2001	2006	$e_{ij} = \frac{C_{ij}^t - C_{ij}^p}{C_{ij}^p}$	$D_{ij} = C_{ij}^t (e_{ij} - e_j)$	$P_{ij} = C_{ij}^t (e_j - e)$	$C_{ij}^0 = C_j \left(\frac{C_{ij}^t}{C_{ij}^p} \right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (e_{ij} - e_j)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}$	$A_{ij} = \left(\frac{C_{ij}^t}{C_{ij}^p} \right) (D_{ij} - A_{ij})$
BELFORD ROXO	4.986,00	1.166.446,09	23294,43%	1.160.605,99	1.129,33	1.504.539,38	350.216.090,14	349.055.484,15
DUQUE DE CAXIAS	67.956.586,00	46.959.892,19	-30,90%	32.637.612,71	15.392.152,82	9.468.620,75	4.547.508,86	28.090.103,85
GUAPIMIRIM	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	12.005,69	#DIV/0!	#DIV/0!
ITAGUAI	7.389.866,00	6.721.173,17	-9,05%	1.934.572,07	1.673.803,14	1.924.770,71	503.880,27	1.430.691,80
JAPERI	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	0,04	#DIV/0!	#DIV/0!
MAGE	6.973.638,00	3.431.737,79	-50,79%	4.736.479,86	1.579.527,58	1.813.524,26	1.231.741,76	3.504.738,10
MESQUITA	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	119.790,40	#DIV/0!	#DIV/0!
NILOPOLIS	31.543.535,00	19.575.318,37	-37,94%	17.371.603,62	7.144.604,22	3.179.396,16	1.750.951,81	15.620.651,81
NOVA IGUAÇU	55.279.030,00	28.220.567,15	-48,95%	36.527.724,66	12.520.688,98	9.221.112,03	6.093.201,01	30.434.523,66
PARACAMBI	1.996.257,00	1.307.229,27	-34,52%	1.030.985,25	452.151,80	1.065.399,24	550.235,22	480.750,03
QUEIMADOS	79.670,00	2.308.099,02	2797,07%	2.214.781,61	18.045,24	1.145.725,59	31.850.532,90	29.635.751,29
RIO DE JANEIRO	923.075.876,00	1.192.559.344,36	29,19%	111.361.172,29	209.076.496,93	1.078.643.153,14	130.129.027,46	18.767.855,17
SAO JOAO DE MERITI	25.829.754,00	9.756.792,31	-62,23%	20.497.581,72	5.850.433,99	5.828.326,72	4.625.154,51	15.872.427,21
SEROPEDICA	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	89.294,91	#DIV/0!	#DIV/0!
BAIXADA FLUMINENSE	197.053.322,00	119.447.255,37	-39,38%	111.361.172,29	44.632.537,09	35.372.505,89	19.990.141,16	91.371.031,13

		Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS		emp/desc(cj)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
2006	2009	$e_{ij} = \frac{C_{ij}^t - C_{ij}^p}{C_{ij}^p}$	$D_{ij} = C_{ij}^t (e_{ij} - e_j)$	$P_{ij} = C_{ij}^t (e_j - e)$	$C_{ij}^0 = C_j \left(\frac{C_{ij}^t}{C_{ij}^p} \right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (e_{ij} - e_j)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}$	$A_{ij} = \left(\frac{C_{ij}^t}{C_{ij}^p} \right) (D_{ij} - A_{ij})$
BELFORD ROXO	1.166.446,09	8.695.124,74	645,44%	5.493.884,48	1.095.486,42	2.518.335,56	11.861.195,06	6.367.310,58
DUQUE DE CAXIAS	46.959.892,19	205.586.022,12	337,79%	76.707.457,79	44.108.130,55	17.378.221,93	28.386.760,77	48.320.697,02
GUAPIMIRIM	-	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	79.991,08	#DIV/0!	#DIV/0!
ITAGUAI	6.721.173,17	12.012.096,29	78,72%	6.433.754,15	6.312.296,81	3.204.639,52	3.067.598,81	3.366.155,33
JAPERI	-	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	23.330,51	#DIV/0!	#DIV/0!
MAGE	3.431.737,79	13.645.035,16	297,61%	4.226.839,79	3.222.971,19	2.007.446,80	2.472.553,72	1.754.286,07
MESQUITA	-	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	423.510,97	#DIV/0!	#DIV/0!
NILOPOLIS	19.575.318,37	35.970.304,91	83,75%	17.752.964,24	18.394.471,97	3.646.017,96	3.306.593,80	14.446.370,44
NOVA IGUAÇU	28.220.567,15	128.120.737,88	354,00%	50.671.109,92	26.508.795,03	12.591.094,62	22.607.792,96	28.063.316,96
PARACAMBI	1.307.229,27	1.834.004,27	40,30%	1.753.606,85	1.227.705,19	1.584.831,11	2.126.000,96	372.394,11
QUEIMADOS	2.308.099,02	4.932.146,96	113,69%	1.402.290,26	2.167.687,95	1.458.333,36	886.013,40	516.276,86
RIO DE JANEIRO	1.192.559.344,36	3.154.865.866,74	164,55%	118.040.628,42	1.120.011.098,64	1.253.498.449,16	124.072.437,45	6.031.809,03
SAO JOAO DE MERITI	9.756.792,31	34.022.822,14	248,71%	7.245.899,82	9.163.246,87	5.330.215,00	3.958.494,01	3.287.405,81
SEROPEDICA	-	1.038.052,11	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	283.236,35	#DIV/0!	#DIV/0!
BAIXADA FLUMINENSE	119.447.255,37	445.856.346,59	273,27%	118.040.628,42	112.180.791,97	50.529.204,77	49.994.166,06	68.106.462,36

Impostos	2001	2005	Tx cres c mmic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
MUNICÍPIO	MIL REAIS	MIL REAIS	$c_{ij} = \frac{(C_{ij} - C_{ij}^0)}{C_{ij}^0}$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij} - C_{ij}^0)$	$P_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij} - C_{ij}^0)$	$C_{ij}^0 = C_{ij} \left(\frac{C_{ij}^0}{C_{ij}^0}\right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij} - C_{ij}^0)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0$
Belford Roxo	163.227	130.929	-19,79%	42.896,06	121.184,13	121.308,73	31.879,94	11.016,12	11.016,12
Duque de Caxias	1.347.221	1.897.875	40,87%	463.178,79	1.000.213,27	602.715,77	207.215,57	255.963,22	255.963,22
Guapimirim	13.878	14.305	3,08%	474,00	10.303,40	11.676,74	398,82	75,18	75,18
Itaguaí	86.238	123.987	43,77%	32.149,12	64.025,42	69.008,32	25.725,97	6.423,14	6.423,14
Japeri	7.614	9.005	18,26%	896,20	5.652,84	15.731,88	1.851,72	955,51	955,51
Magé	52.262	47.125	-9,83%	8.530,56	38.800,72	53.159,31	8.677,02	146,46	146,46
Mesquita	28.606	41.438	44,86%	10.974,85	21.237,87	39.054,76	14.983,57	4.008,72	4.008,72
Nilópolis	35.523	41.301	16,27%	3.471,46	26.373,23	44.339,25	4.333,02	861,56	861,56
Nova Iguaçu	309.077	335.859	8,67%	6.713,74	229.467,12	237.838,67	5.166,31	1.547,43	1.547,43
Paracambi	10.627	10.174	-4,26%	1.142,80	7.889,77	11.637,50	1.251,46	108,67	108,67
Queimados	117.404	45.518	-61,23%	79.508,68	87.163,90	49.890,11	33.786,73	45.721,95	45.721,95
Rio de Janeiro	18.623.734	19.487.565	4,64%	345.407,07	13.826.763,28	4.918.941,33	91.229,67	254.177,40	254.177,40
São João de Meriti	140.427	130.467	-7,09%	19.078,22	104.256,80	122.293,34	16.614,61	2.463,61	2.463,61
Seropédica	32.860	14.647	-55,43%	20.346,76	24.396,15	18.973,32	11.748,20	8.598,57	8.598,57
BAIXADA FLUMINENSE	2.344.964	2.842.629	21,22%	345.407,07	1.740.964,63	1.397.627,71	205.866,91	139.540,16	139.540,16

Impostos	2005	2009	Tx cres c mmic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
MUNICÍPIO	MIL REAIS	MIL REAIS	$c_{ij} = \frac{(C_{ij} - C_{ij}^0)}{C_{ij}^0}$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij} - C_{ij}^0)$	$P_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij} - C_{ij}^0)$	$C_{ij}^0 = C_{ij} \left(\frac{C_{ij}^0}{C_{ij}^0}\right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij} - C_{ij}^0)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0$
Belford Roxo	130.929	160.560	22,63%	13.829,97	12.829,95	376.418,46	39.760,82	25.930,85	25.930,85
Duque de Caxias	1.897.875	1.737.482	-8,45%	389.429,08	185.975,51	3.180.450,42	652.603,60	263.174,51	263.174,51
Guapimirim	14.305	17.081	19,41%	1.049,64	1.401,78	40.685,23	2.985,28	1.935,64	1.935,64
Itaguaí	123.987	259.042	108,93%	120.092,87	12.149,62	270.812,26	262.307,68	142.214,80	142.214,80
Japeri	9.005	11.603	28,85%	1.511,40	882,37	55.764,58	9.359,97	7.848,57	7.848,57
Magé	47.125	58.791	24,76%	5.979,44	4.617,83	172.722,96	21.915,98	15.936,54	15.936,54
Mesquita	41.438	49.761	20,08%	3.321,51	4.060,59	137.152,75	10.993,57	7.672,06	7.672,06
Nilópolis	41.301	50.501	22,27%	4.215,49	4.047,14	142.010,50	14.494,67	10.279,18	10.279,18
Nova Iguaçu	335.859	538.971	60,48%	162.580,56	32.911,32	799.299,59	386.919,93	224.339,37	224.339,37
Paracambi	10.174	9.790	-3,77%	1.611,90	996,99	38.975,30	6.174,87	4.562,96	4.562,96
Queimados	45.518	51.190	12,46%	178,23	4.460,41	118.876,79	465,46	287,23	287,23
Rio de Janeiro	19.487.565	21.883.163	12,29%	43.826,58	1.909.614,84	16.556.851,53	37.235,55	6.591,03	6.591,03
São João de Meriti	130.467	165.564	26,90%	19.352,76	12.784,62	382.313,44	56.710,41	37.357,65	37.357,65
Seropédica	14.647	31.517	115,18%	15.102,55	1.435,26	57.860,97	59.661,23	44.558,68	44.558,68
BAIXADA FLUMINENSE	2.842.629	3.141.853	10,53%	43.826,58	278.553,40	5.773.343,22	89.011,20	45.184,63	45.184,63

Indústria	2001	2005	Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Técnico (0)	Posição	Efeito	Efeito
MUNICÍPIO	MIL REAIS	MIL REAIS	$\alpha_{ij} = \frac{C_{ij}^0 - C_{ij}^1}{C_{ij}^1}$	$D_{ij} = D_{ij}^0 (C_{ij}^1 - C_{ij}^0)$	$E_{ij} = E_{ij}^0 (C_{ij}^1 - C_{ij}^0)$	$C_{ij}^1 = C_{ij}^0 \left(\frac{C_{ij}^1}{C_{ij}^0}\right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij}^1 - C_{ij}^0)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^1$	$A_{ij} = (D_{ij} - D_{ij}^1) \left(\frac{C_{ij}^1}{C_{ij}^0}\right)$
Belford Roxo	368.948	375.857,44	1,87%	39.394,68	296.265,32	85.561,70	9.135,91	30.258,77	30.258,77
Duque de Caxias	2.646.497	6.363.095,39	140,43%	3.384.454,78	2.125.137,62	425.108,61	543.647,27	2.840.807,52	2.840.807,52
Guapimirim	39.791	38.579,22	-3,05%	6.205,68	31.952,18	8.235,86	1.284,44	4.921,24	4.921,24
Itaguaí	73.422	95.542,93	30,13%	12.906,24	58.957,88	48.673,08	8.555,84	4.350,41	4.350,41
Japeri	27.041	33.807,04	25,02%	3.372,31	21.713,93	11.096,04	1.383,80	1.988,51	1.988,51
Magé	99.659	98.080,94	-1,58%	14.085,57	80.026,20	37.494,42	5.299,37	8.786,20	8.786,20
Mesquita	65.260	73.905,48	13,25%	455,15	52.403,79	27.546,17	192,12	263,03	263,03
Nilópolis	75.233	75.325,34	0,12%	9.349,63	60.412,11	31.273,44	3.886,53	5.463,10	5.463,10
Nova Iguaçu	546.757	521.635,86	-4,59%	93.740,85	439.045,98	167.752,81	28.761,02	64.979,82	64.979,82
Paracambi	30.083	23.879,48	-20,65%	9.990,29	24.164,69	8.208,18	2.724,96	7.265,33	7.265,33
Queimados	241.381	111.710,43	-53,72%	159.964,64	193.828,99	35.188,59	23.319,69	136.644,95	136.644,95
Rio de Janeiro	10.311.625	9.047.306,37	-12,26%	2.538.459,65	8.280.236,94	3.469.436,83	860.816,23	1.697.643,42	1.697.643,42
São João de Meriti	204.589	200.471,51	-2,01%	29.794,05	164.285,01	86.256,16	12.561,38	17.232,67	17.232,67
Seropédica	59.385	44.957,85	-24,29%	21.880,15	47.686,17	13.382,30	4.930,65	16.949,50	16.949,50
BAIXADA FLUMINENSE	4.478.056	8.056.849	79,92%	3.016.782,95	3.595.879,87	985.777,37	664.099,86	2.352.683,09	2.352.683,09

Indústria	2005	2009	Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Efeito	Crédito Técnico (0)	Posição	Efeito	Efeito
MUNICÍPIO	MIL REAIS	MIL REAIS	$\alpha_{ij} = \frac{C_{ij}^0 - C_{ij}^1}{C_{ij}^1}$	$D_{ij} = D_{ij}^0 (C_{ij}^1 - C_{ij}^0)$	$E_{ij} = E_{ij}^0 (C_{ij}^1 - C_{ij}^0)$	$T_{ij} = D_{ij} + E_{ij}$	$C_{ij}^1 = C_{ij}^0 \left(\frac{C_{ij}^1}{C_{ij}^0}\right)$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij}^1 - C_{ij}^0)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^1$	$A_{ij} = (D_{ij} - D_{ij}^1) \left(\frac{C_{ij}^1}{C_{ij}^0}\right)$
Belford Roxo	375.857,44	614.838,92	63,38%	185.068,17	28.276,24	156.791,93	288.323,50	141.967,40	43.100,77	43.100,77
Duque de Caxias	6.363.095,39	4.549.351,04	-28,50%	2.726.472,05	478.705,87	3.205.175,92	2.436.114,87	1.043.831,45	1.682.640,60	1.682.640,60
Guapimirim	38.579,22	40.521,30	5,03%	3.591,75	2.902,36	6.494,11	31.163,48	2.901,34	690,41	690,41
Itaguaí	95.542,93	142.746,44	49,41%	33.498,75	7.187,82	26.310,93	207.432,81	72.728,97	39.230,22	39.230,22
Japeri	33.807,04	34.908,31	3,26%	3.748,03	2.543,35	6.291,38	42.713,74	4.735,48	987,45	987,45
Magé	98.080,94	134.090,55	36,71%	21.940,79	7.378,76	14.562,04	132.299,80	29.595,58	7.694,79	7.694,79
Mesquita	73.905,48	101.226,66	36,97%	16.720,11	5.560,00	11.160,10	105.054,25	23.767,09	7.046,98	7.046,98
Nilópolis	75.325,34	92.882,57	23,31%	6.752,50	5.666,82	1.085,67	108.775,12	9.751,08	2.998,59	2.998,59
Nova Iguaçu	521.635,86	759.649,60	45,63%	163.189,86	39.243,34	123.946,52	612.235,80	191.533,37	28.343,51	28.343,51
Paracambi	23.879,48	28.024,70	17,36%	719,93	1.796,48	1.076,56	29.853,73	900,04	180,11	180,11
Queimados	111.710,43	160.525,01	43,70%	32.790,74	8.404,12	24.386,62	91.055,51	26.727,83	6.062,91	6.062,91
Rio de Janeiro	9.047.306,37	12.609.999,12	39,38%	2.264.939,59	680.640,52	1.584.299,06	12.681.974,86	3.174.857,33	909.917,74	909.917,74
São João de Meriti	200.471,51	220.012,00	9,75%	9.215,30	15.081,73	24.297,03	292.838,85	13.461,26	4.245,96	4.245,96
Seropédica	44.957,85	68.813,34	53,06%	17.406,70	3.382,24	14.024,46	44.319,50	17.159,55	247,15	247,15
BAIXADA FLUMINENSE	8.056.849	6.947.590	-13,77%	2.264.939,59	606.127,13	2.871.066,72	4.422.180,96	1.243.162,54	1.021.777,05	1.021.777,05

		Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito	
OUTROS CRÉDITOS		emp/desc(cj)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Af)	Alocação (Af)	
2001	2005	$e_{ij} = \frac{(C_{ij}^2 - C_{ij}^1)}{C_{ij}^1}$	$D_{ij} = C_{ij}^2 (C_{ij}^1 - C_{ij}^2)$	$P_{ij} = C_{ij}^2 (C_{ij}^1 - C_{ij}^2)$	$C_{ij}^0 = C_{ij}^1 \left(\frac{C_{ij}^2}{C_{ij}^1} \right)$	$N_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij}^1 - C_{ij}^2)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}$	$A_{ij} = \frac{N_{ij} - (C_{ij}^2 - C_{ij}^1) C_{ij}^0}{C_{ij}^1 - C_{ij}^2}$	
BELFORD ROXO	3.357.605,00	9.125.704,50	171,79%	17.673.608,83	1.492.628,20	15.525.383,32	30.067.766,46	12.394.157,63	12.394.157,63
DUQUE DE CAXIAS	2.913.823,00	7.885.997,79	170,64%	15.181.908,88	1.289.857,97	97.706.958,34	188.102.783,96	172.920.875,07	172.920.875,07
GUAPIMIRIM	360,00	61.719,45	17044,29%	10.533.145,66	10.095,02	123.887,03	21.142.768,94	10.609.623,27	10.609.623,27
ITAGUAI	7.236.248,00	9.362.533,21	29,38%	4.799.249,42	1.531.364,63	19.861.761,93	10.181.170,76	5.381.921,34	5.381.921,34
JAPERI		81,50	#DIV/0!	#DIV/0!	13,33	0,44	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
MAGE	15.242.646,00	264.433,70	-98,27%	201.997,79	43.251,59	18.713.806,83	14.295.256,34	14.093.258,55	14.093.258,55
MESQUITA	23.701,00	31.639,41	33,75%	17.632,33	5.184,85	1.236.120,44	687.573,61	689.941,28	689.941,28
NILOPOLIS	7.924.088,00	368.333,49	-95,35%	270.634,40	60.245,75	32.808.276,51	24.106.003,43	23.835.369,03	23.835.369,03
NOVA IGUAÇU	30.297.147,00	10.028.616,99	-66,90%	4.515.162,79	1.640.311,34	95.152.908,97	42.840.490,76	38.325.327,97	38.325.327,97
PARACAMBI	10.809.809,00	12.723.464,03	17,70%	5.035.858,10	2.081.088,78	10.993.884,11	4.351.302,46	684.555,64	684.555,64
QUEMADOS	4.264.810,00	5.196.988,18	21,86%	2.272.839,83	850.035,32	11.822.773,89	5.170.546,95	2.897.707,12	2.897.707,12
RIO DE JANEIRO	11.467.913.563,00	8.962.043.927,97	-21,85%	2.259.608,81	1.465.859.378,49	11.130.548.403,59	2.806.355,95	546.747,13	546.747,13
SAO JOAO DE MERITI	8.626.794,00	12.785.396,53	48,21%	8.960.262,37	2.091.218,65	60.142.663,97	42.149.185,38	33.188.923,01	33.188.923,01
SEROPEDICA	33.449,00	155.576,57	365,12%	602.069,07	25.446,58	921.436,68	3.565.887,30	2.963.818,23	2.963.818,23
BAIXADA FLUMINENSE	90.730.480,00	67.990.545,36	-25,06%	2.166.735,60	11.120.742,03	365.009.862,45	11.632.203,56	9.465.467,96	9.465.467,96

		Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito	
OUTROS CRÉDITOS		emp/desc(cj)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Af)	Alocação (Af)	
2005	2009	$e_{ij} = \frac{(C_{ij}^2 - C_{ij}^1)}{C_{ij}^1}$	$D_{ij} = C_{ij}^2 (C_{ij}^1 - C_{ij}^2)$	$P_{ij} = C_{ij}^2 (C_{ij}^1 - C_{ij}^2)$	$C_{ij}^0 = C_{ij}^1 \left(\frac{C_{ij}^2}{C_{ij}^1} \right)$	$N_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij}^1 - C_{ij}^2)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}$	$A_{ij} = \frac{N_{ij} - (C_{ij}^2 - C_{ij}^1) C_{ij}^0}{C_{ij}^1 - C_{ij}^2}$	
BELFORD ROXO	9.125.704,50	14.018.000,96	53,61%	9.023.480,26	11.479.868,86	17.332.730,58	17.138.572,94	8.115.092,68	8.115.092,68
DUQUE DE CAXIAS	7.885.997,79	78.789.504,93	898,85%	74.453.478,78	9.920.354,14	119.607.586,71	1.129.242.127,12	1.054.788.648,33	1.054.788.648,33
GUAPIMIRIM	61.719,45	17.531,05	-71,60%	16.248,15	77.641,26	550.547,68	144.936,21	128.688,06	128.688,06
ITAGUAI	9.362.533,21	5.789.594,00	-38,16%	665.456,36	11.777.732,43	22.056.295,59	1.567.684,94	902.228,57	902.228,57
JAPERI	81,50	19.966,57	24398,15%	19.921,97	102,53	160.574,88	39.249.997,31	39.230.075,35	39.230.075,35
MAGE	264.433,70	598.349,60	126,28%	453.624,38	332.649,85	13.816.480,68	23.701.564,37	23.247.939,99	23.247.939,99
MESQUITA	31.639,41	152.654,33	381,57%	135.305,16	39.876,93	2.914.862,40	12.441.741,38	12.306.436,23	12.306.436,23
NILOPOLIS	368.333,49	10.364.802,16	2713,97%	10.163.212,33	463.352,73	25.094.132,79	692.407.855,51	682.244.643,18	682.244.643,18
NOVA IGUAÇU	10.028.616,99	38.751.777,22	286,41%	33.263.090,27	12.615.706,31	86.659.639,14	287.434.189,82	254.171.099,55	254.171.099,55
PARACAMBI	12.723.464,03	12.881.354,08	1,24%	5.917.770,67	16.005.744,92	10.907.780,14	5.073.283,60	844.487,07	844.487,07
QUEMADOS	5.196.988,18	13.637.207,42	162,41%	10.792.882,90	6.537.658,84	10.037.145,00	20.844.713,69	10.051.830,79	10.051.830,79
RIO DE JANEIRO	8.962.043.927,97	4.750.614.737,61	-46,99%	154.334.124,44	11.273.988.653,33	8.627.345.480,16	148.570.328,56	5.763.795,88	5.763.795,88
SAO JOAO DE MERITI	12.785.396,53	13.806.313,82	7,99%	6.808.834,60	16.083.654,20	36.685.810,26	19.536.946,97	12.728.112,37	12.728.112,37
SEROPEDICA	155.576,57	2.738.462,36	1660,20%	2.653.314,92	195.710,77	1.949.406,38	33.246.580,44	30.593.265,53	30.593.265,53
BAIXADA FLUMINENSE	67.990.545,36	191.545.518,49	181,72%	154.334.124,44	85.530.113,79	347.772.992,22	789.422.117,09	635.087.992,64	635.087.992,64

		Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
FINANCIAMENTOS RURAIS		emp/desc(cj)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Para	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
2001	2005	$c_{ij} = \frac{(C_{ij}^2 - C_{ij}^1)}{C_{ij}^1}$	$D_{ij} = C_{ij}^1 (c_{ij} - c_j)$	$P_{ij} = C_{ij}^1 (c_j - c)$	$C_{ij}^2 = C_j \left(\frac{C_{ij}^1}{C^1} \right)$	$D_{ij}^2 = C_{ij}^2 (c_{ij} - c_j)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^2$	$A_{ij} = \left(\frac{C_{ij}^2}{C_{ij}^1} \right) (D_{ij} - D_{ij}^2)$
BELFORD ROXO	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	193.855,99	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
DUQUE DE CAXIAS	131.855,00	188.559,29	43,01%	49.749,15	14.233,60	1.220.007,18	460.311,08	410.561,98
GUAPIMIRIM	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	1.546,90	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
ITAGUAI	1.385.570,00	842.999,68	-39,16%	615.656,97	149.570,72	248.001,70	110.195,79	505.461,18
JAPERI	1,00	0,00	-100,00%	1,05	0,11	0,01	0,01	1,05
MAGE	1.000.539,00	929.356,43	-7,11%	123.959,43	108.007,06	233.667,89	28.949,73	95.009,69
MESQUITA	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	15.434,68	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
NILOPOLIS	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	409.656,93	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
NOVA IGUAÇU	1.134.612,00	2.617.436,24	130,69%	1.422.975,24	122.480,09	1.188.116,33	1.490.077,77	67.102,53
PARACAMBI	1.543.624,00	1.311.720,48	-15,02%	313.327,26	166.632,48	137.273,92	27.864,08	285.463,18
QUEMADOS	215,00	0,00	-100,00%	226,34	23,21	147.623,77	155.410,69	155.184,35
RIO DE JANEIRO	139.129.321,00	146.048.620,80	4,97%	419.553,34	15.018.853,83	138.980.367,90	419.104,16	449,18
SAO JOAO DE MERITI	-	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	750.964,76	#DIV/0!	#DIV/0!
SEROPEDICA	-	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	11.505,42	#DIV/0!	#DIV/0!
BAIXADA FLUMINENSE	5.196.416,00	5.890.072,12	13,35%	419.553,34	560.947,27	4.557.655,48	367.980,46	51.572,87

		Tx cresc munic	Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito
FINANCIAMENTOS RURAIS		emp/desc(cj)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Para	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
2005	2009	$c_{ij} = \frac{(C_{ij}^2 - C_{ij}^1)}{C_{ij}^1}$	$D_{ij} = C_{ij}^1 (c_{ij} - c_j)$	$P_{ij} = C_{ij}^1 (c_j - c)$	$C_{ij}^2 = C_j \left(\frac{C_{ij}^1}{C^1} \right)$	$D_{ij}^2 = C_{ij}^2 (c_{ij} - c_j)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^2$	$A_{ij} = \left(\frac{C_{ij}^2}{C_{ij}^1} \right) (D_{ij} - D_{ij}^2)$
BELFORD ROXO	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	291.639,24	#DIV/0!	#DIV/0!
DUQUE DE CAXIAS	188.559,29	365.275,66	93,72%	909.939,99	934.814,63	2.012.508,42	9.711.862,41	8.801.922,42
GUAPIMIRIM	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	9.263,47	#DIV/0!	#DIV/0!
ITAGUAI	842.999,68	348.516,00	-58,66%	5.352.642,38	4.179.313,67	371.117,60	2.356.418,22	2.996.224,16
JAPERI	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	2.701,82	#DIV/0!	#DIV/0!
MAGE	929.356,43	546.404,66	-41,21%	5.738.779,51	4.607.441,93	232.475,08	1.435.534,52	4.303.244,98
MESQUITA	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	49.045,26	#DIV/0!	#DIV/0!
NILOPOLIS	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	422.232,02	#DIV/0!	#DIV/0!
NOVA IGUAÇU	2.617.436,24	2.439.358,45	-6,80%	15.262.212,46	12.976.383,48	1.458.128,69	8.502.315,92	6.759.896,54
PARACAMBI	1.311.720,48	522.309,00	-60,18%	8.348.781,25	6.503.076,45	183.533,50	1.168.146,03	7.180.635,23
QUEMADOS	0,00	16.090,41	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	168.894,26	#DIV/0!	#DIV/0!
RIO DE JANEIRO	146.048.620,80	1.023.314.697,10	600,67%	35.596.265,18	724.060.774,24	145.163.077,67	35.380.432,75	215.832,43
SAO JOAO DE MERITI	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	617.272,73	#DIV/0!	#DIV/0!
SEROPEDICA	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	32.800,57	#DIV/0!	#DIV/0!
BAIXADA FLUMINENSE	5.890.072,12	4.237.954,18	-28,05%	35.596.265,18	29.201.030,15	5.851.602,67	35.363.777,60	232.487,58

Serviços	2001	2005	Tx cresc munic	Efeito						
				Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito	
				emp/desc(cij)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
				$c_{ij} = \frac{(C_{ij} - C_{ij}^0)}{C_{ij}^0}$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (c_{ij} - c_{ij}^0)$	$P_{ij} = C_{ij}^0 (p_{ij} - p_{ij}^0)$	$C_{ij}^0 = C_{ij}^0 \left(\frac{C_{ij}^0}{C_{ij}^0}\right)$	$M_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij}^0 - C_{ij}^0)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0$	$A_{ij} = (C_{ij}^0 - C_{ij}^0) (C_{ij}^0 - c_{ij}^0)$
MUNICÍPIO	MIL REAIS	MIL REAIS								
Belford Roxo	1.503.900	1.406.497,01	-6,88%	175.947,23	1.097.432,11	406.342,73	47.539,65	128.407,58	128.407,58	
Duque de Caxias	6.122.937	7.909.297,46	29,17%	1.466.577,61	4.468.054,85	2.018.891,51	483.568,76	983.008,94	983.008,94	
Guapimirim	138.296	150.960,25	9,16%	5.441,46	100.917,93	39.113,09	1.538,96	3.902,50	3.902,50	
Itaguaí	989.491	1.148.607,80	16,08%	107.438,62	722.055,45	231.154,25	25.098,66	82.339,96	82.339,96	
Japeri	228.241	239.049,29	4,74%	1.112,06	166.552,96	52.696,41	256,75	855,31	855,31	
Magé	727.391	721.595,47	-0,80%	43.785,01	530.794,76	178.065,48	10.718,58	33.066,43	33.066,43	
Mesquita	561.961	582.067,00	3,60%	9.138,33	410.003,53	130.820,07	2.127,71	7.010,62	7.010,62	
Nilópolis	633.812	605.559,70	-4,46%	61.354,42	462.507,91	148.521,31	14.377,20	46.977,23	46.977,23	
Nova Iguaçu	3.133.360	3.202.189,96	2,20%	94.816,15	2.286.488,38	796.678,14	24.107,65	70.708,50	70.708,50	
Paracambi	153.119	163.026,89	6,47%	1.910,94	111.734,63	38.981,64	486,49	1.424,44	1.424,44	
Queimados	477.880	446.011,67	-6,67%	56.876,58	348.720,56	167.114,80	19.872,28	36.954,31	36.954,31	
Rio de Janeiro	53.637.248	55.634.692,02	3,72%	803.870,47	39.140.393,87	16.476.769,54	246.940,12	556.930,35	556.930,35	
São João de Meriti	1.708.145	1.612.853,84	-5,58%	184.502,51	1.246.474,62	409.640,82	44.246,69	140.255,82	140.255,82	
Seropédica	222.279	230.433,63	3,67%	3.454,34	162.202,35	63.554,13	987,67	2.466,67	2.466,67	
BAIXADA FLUMINENSE	16.600.712	18.418.150	10,95%	950.431,98	12.113.940,04	4.681.574,37	268.031,76	682.400,22	682.400,22	

Serviços	2005	2009	Tx cresc munic	Efeito						
				Efeito	Efeito	Crédito Teórico (0)	Posição	Efeito	Efeito	
				emp/desc(cij)	Diferencial(Dij)	Estrutural(Pij)	Esteban-Marquillas	Competitiva Pura	Alocação (Aij)	Alocação (Aij)
				$c_{ij} = \frac{(C_{ij} - C_{ij}^0)}{C_{ij}^0}$	$D_{ij} = C_{ij}^0 (c_{ij} - c_{ij}^0)$	$P_{ij} = C_{ij}^0 (p_{ij} - p_{ij}^0)$	$C_{ij}^0 = C_{ij}^0 \left(\frac{C_{ij}^0}{C_{ij}^0}\right)$	$M_{ij} = C_{ij}^0 (C_{ij}^0 - C_{ij}^0)$	$A_{ij} = D_{ij} - D_{ij}^0$	$A_{ij} = (C_{ij}^0 - C_{ij}^0) (C_{ij}^0 - c_{ij}^0)$
MUNICÍPIO	MIL REAIS	MIL REAIS								
Belford Roxo	1.406.497,01	1.718.368,57	22,17%	61.925,73	66.233,61	1.248.303,37	54.960,72	6.965,00	6.965,00	
Duque de Caxias	7.909.297,46	9.177.380,65	16,03%	833.917,84	372.458,19	10.547.216,55	1.112.047,19	278.129,35	278.129,35	
Guapimirim	150.960,25	185.863,66	23,12%	5.216,28	7.108,90	134.923,00	4.662,13	554,15	554,15	
Itaguaí	1.148.607,80	1.396.482,68	21,58%	57.382,92	54.089,30	898.085,22	44.867,14	12.515,78	12.515,78	
Japeri	239.049,29	305.733,40	27,90%	3.153,58	11.257,11	184.930,12	2.439,63	713,95	713,95	
Magé	721.595,47	901.825,90	24,98%	11.543,16	33.980,79	572.795,10	9.162,85	2.380,32	2.380,32	
Mesquita	582.067,00	754.064,24	29,55%	17.305,19	27.410,22	454.834,86	13.522,51	3.782,69	3.782,69	
Nilópolis	605.559,70	760.043,70	25,51%	6.451,54	28.516,52	470.944,44	5.017,37	1.434,17	1.434,17	
Nova Iguaçu	3.202.189,96	4.437.847,02	38,59%	384.632,47	150.794,92	2.650.689,29	318.388,73	66.243,75	66.243,75	
Paracambi	163.026,89	199.999,77	22,68%	6.353,68	7.677,13	129.252,43	5.037,38	1.316,30	1.316,30	
Queimados	446.011,67	522.843,08	17,23%	41.702,13	21.003,22	394.226,95	36.860,25	4.840,88	4.840,88	
Rio de Janeiro	55.634.692,02	71.063.836,71	27,71%	633.485,08	2.619.903,54	54.906.907,98	625.198,16	8.286,92	8.286,92	
São João de Meriti	1.612.853,84	2.017.186,91	25,07%	24.304,29	75.951,20	1.267.852,68	19.105,43	5.198,86	5.198,86	
Seropédica	230.433,63	301.895,68	31,01%	10.221,25	10.851,39	191.882,31	8.511,24	1.710,00	1.710,00	
BAIXADA FLUMINENSE	18.418.150	22.679.533	23,14%	633.485,08	867.332,50	19.145.936,33	638.517,01	25.031,93	25.031,93	